

15/08/2019

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

['Vejo um certo desprezo ao conhecimento científico formal'](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Proposta amadora](#)

[MEC quer trocar escola integral por convênio com faculdades](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Equipe econômica prevê orçamento arrojado](#)

[Ala ideológica' e Centrão disputam fundo bilionário](#)

[Huck: 'Vivemos o último capítulo do que não deu certo'](#)

O GLOBO - RJ

[O país dos advogados](#)

[Presidente Bolsonaro inaugura escola do Sesc no Piauí](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ensino a distância domina formação de professores](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do ProUni e do Fies](#)

CORREIO POPULAR - SP

[MEC amplia prazo para consulta do Future-se](#)

SUPERNOTÍCIA - MG

[MEC ANUNCIA NOVAS DATAS PARA FIES E PROUNI](#)

Agências de notícias e sites

MEIO NORTE - PI

[UESPI : Inscrições para seletivo de mestrado em Letras encerram amanhã](#)

NSC TOTAL - RS

[Congresso de Direito na UFSC tem recurso federal negado por "militância política"](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC quer trocar escola integral por convênio com faculdades](#)

[Escolas-conceito para classe C em São Paulo têm mensalidade de até R\\$ 700](#)

METRÓPOLES

[MEC quer trocar escola integral por aluno em faculdade ociosa](#)

PODER 360 - DF

[Cursos à distância predominam na formação de novos professores](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer usar faculdade para ensino integral](#)

PORTAL VEJA

[Por instabilidade em portais, prazos do ProUni e Fies são prorrogados](#)

R7

[Educação a distância prevalece na formação de novos professores](#)

TERRA

[MEC quer dar bônus a faculdade privada que emprestar espaço para escola pública](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Educação a distância prevalece na formação de novos professores](#)

[MEC quer usar faculdade para ensino integral](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO VALENTE

[Unicesumar lança Biblioteca Digital com serviços para alunos e comunidade](#)

CLIPPING



FUNDACRED

[Cooperação internacional é foco da 10ª edição do InfoCAPES](#)

INFONET

[Prazo de inscrições para o Prêmio Luiz de Castro Faria acaba sexta](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina](#)

URURAU

[Prorrogadas até dia 18 inscrições de Mestrado em Macaé](#)

G1

[Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do Prouni e Fies](#)

[UFRR rejeita adesão ao programa Future-se, do Ministério da Educação](#)

[Reitor diz que corte de verbas na UFPR pode comprometer o pagamento das contas de água e luz a partir de setembro](#)

PORTAL EXAME

[Presidente da Andifes - MEC não pode tratar universidade como repartição](#)

Agências de notícias e sites

AGROLINK

[UNB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

BRASÍLIA AQUI

[Fundação de pesquisa do DF faz parceria com UnB e AEB para lançamento de nanossatélite](#)

BRASIL NOTÍCIAS

[Fundação de pesquisa do DF faz parceria com UnB e AEB para lançamento de nanossatélite](#)

MAXPRESSNET

[Cientistas debatem avanço das pesquisas na área de oncologia](#)

MIDIAMAX

[Pesquisadores articulam início de estudos sobre efeitos de agroquímicos no Pantanal](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Protesto no Rio pela Educação tem Future-se como alvo](#)

G1

[Vitória tem ato em defesa da educação pública e contra o corte de verbas](#)

[Manifestantes protestam em Boa Vista contra cortes de recursos na educação](#)

METRÓPOLES

[Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo país](#)

R7

[Manifestantes realizam ato em Vitória contra corte de verbas na educação federal](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘Vejo um certo desprezo ao conhecimento científico formal’

Recém-empossado, engenheiro quer que estudantes de pós-graduação consigam transformar o conhecimento adquirido em produtos industriais que beneficiem diretamente a sociedade

Entrevista : Romildo Toledo / diretor da coppe/ufrj

Desde o início do mês, a Coppe/UFRJ, maior centro de pesquisas de engenharia da

América Latina, está sob nova direção. O engenheiro civil Romildo Toledo assumiu o cargo com um forte discurso contra os cortes orçamentários na Ciência e Tecnologia e o que chama de "política de desindustrialização do país", que teria feito o Brasil perder terreno no setor de inovação há pelo menos 30 anos.

Ele destaca ainda o alto índice de desemprego entre mestres e doutores, provocado pela falta de concursos públicos e de oportunidades no setor privado.

O engenheiro avalia ainda que o Ministério da Educação (MEC) deveria ouvir mais a comunidade acadêmica e critica a recente onda de contestações de dados científicos pelo governo federal.

RENATO GRANDELLE

A Coppe é tradicionalmente associada à indústria do petróleo. Qual é o seu peso para as pesquisas da instituição?

O petróleo foi a base do desenvolvimento nacional décadas atrás, e a Coppe deu a base científica para sua exploração. Hoje, 60% dos nossos contratos são relacionados à pesquisa de óleo e gás, mas temos formações e professores dedicados a outras áreas de conhecimento, como energias renováveis, robótica, fármacos e inteligência artificial. Nós nos adaptamos ao nível de conhecimento exigido pela sociedade.

O senhor e a nova vice-diretora da Coppe, Suzana Kahn, participam de comitês sobre mudanças climáticas. Como pretendem lidar com o tema diante do atual contexto político do Brasil?

Ciência não é ideologia. Suzana e eu nos unimos porque sabemos que a sustentabilidade é uma pauta positiva para o planeta. Todos falam sobre impactos na floresta, desertificação, gases estufa. São fatores que podem afetar a nossa qualidade de vida. Por isso, precisamos desenvolver tecnologias como geração de energia solar e reaproveitamento de resíduos.

Temos ônibus elétricos no campus da Ilha do Fundão. Queremos que o campus seja um laboratório vivo, um local que aponte soluções à sociedade. Então, o governante pode até acreditar em uma coisa, mas a ciência não deve ser contestada.

A Coppe forma cerca de 600 mestres e doutores por ano. Há mercado para todo esse contingente?

Normalmente, o destino dos nossos estudantes é o meio acadêmico ou institutos de pesquisa. Infelizmente, o país sofre um processo de desindustrialização, e eles não conseguem um emprego na indústria. Em seu levantamento mais recente, com dados de 2014, o Ministério da Ciência e Tecnologia mostrou que 35% dos mestres e 25% dos doutores formados no país não encontram vagas no mercado de trabalho. O governo mal realiza concursos, e o setor privado não gera oportunidades para absorver essa mão de obra especializada. Há, então, um gargalo.

Qual é a solução?

Queremos criar na Coppe um parque de empresas do tipo spinoff, ou seja, que possam sair daqui e levar conhecimento para outras áreas. Vamos incentivar a interação de nossos estudantes com o de outros cursos, como administração e economia, que ajudem a enxergar modos para que as tecnologias desenvolvidas aqui sirvam ao mercado. Normalmente a cabeça do aluno que vai fazer o mestrado e doutorado pensa apenas no aspecto acadêmico — como escrever paper ou fazer uma análise. É diferente de vislumbrar novos negócios.

Qual foi a origem da política de desindustrialização?

Isso ocorre há pelo menos 20,30 anos. Foi uma política de Estado, uma estupidez, porque seguimos uma trajetória contrária à dos países desenvolvidos. Nós sabemos fazer avião, tiramos petróleo do fundo do mar, mas ao mesmo tempo não fabricamos um tênis ou um celular. Estamos em um centro de engenharia, queremos ajudar.

A falta de empregos aumentará a fuga de cérebros?

Sim, se não criarmos um arcabouço jurídico que dê um tratamento especial à ciência e tecnologia. Isso não significa que devemos ficar isentos de controle, mas precisamos acabar com entraves como a burocracia enfrentada para importar insumos. Não podemos lidar com essas dificuldades quando fazemos pesquisas, é um setor extremamente competitivo no mundo inteiro.

A indústria encolheu, perdemos pesquisadores para o exterior, mas, em uma década, nos transformamos no 13º maior produtor de estudos científicos. Não é uma contradição?

O problema é transformar o conhecimento adquirido em produtos industriais que beneficiem diretamente a sociedade. Aumentamos a produção científica, mas continuamos muito aquém no ranking da inovação. Devíamos ter uma base tecnológica tão alta quanto outros países.

Em junho, a **Capes** bloqueou cerca de 3.400 bolsas de pós-graduação. A Coppe, por exemplo, perdeu 13. Como isso impacta a pesquisa?

Nossos alunos não são de classe alta, eles precisam de bolsa, e o valor deste auxílio já é irrisório (R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado). Então, os estudantes precisam complementar a renda buscando outros financiamentos, juntando-se a pesquisadores de outros programas, e há também quem recorra a "bicos" Não é o ideal. Queremos o aluno focado em sua pesquisa.

Três anos atrás, a UFRJ repassava R\$ 560 mil à Coppe. Em 2019, foram R\$ 280 mil. Quais cortes o senhor está promovendo?

A universidade é responsável por pagar parte de nossas despesas, como a conta de água, luz, telefone e limpeza. Ainda assim, precisamos buscar fontes alternativas de orçamento. Às vezes, os professores precisam usar os seus próprios recursos para manter seus laboratórios. Nossos planos preventivos, como a manutenção, estão sendo realizados com uma frequência menor, então nos deparamos com problemas como equipamentos quebrados. Fizemos outros ajustes. Como falta dinheiro para a segurança, por exemplo, fechamos algumas saídas mais cedo.

Temos uma preocupação enorme com a situação da UFRJ (o MEC contingenciou o orçamento das universidades federais). A pior coisa para um gestor é não ter certeza sobre como priorizar seus recursos. É um massacre emocional receber verbas a contagotas, sem saber o que vai acontecer amanhã, qual é o contrato que vencerá daqui a três dias.

Como o senhor avalia que o MEC vem lidando com a autonomia universitária?

Acredito que os reitores deveriam ser mais ouvidos. Mas vejo um certo desprezo ao conhecimento científico formal, na medida em que são contestados institutos como Inpe, IBGE, Fiocruz. Vemos, então, uma disputa entre a ciência e a forma de pensar que eles (o governo) têm.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Proposta amadora

O Future-se traz mais incertezas do que saídas razoáveis para o nó na educação

Termina hoje a consulta pública do Future-se —que nome! Assim foi batizada a proposta do Ministério da Educação que pretende ser a cura para a crise crônica do financiamento das 68 universidades federais. Seus orçamentos vêm encolhendo desde 2016, na presidência de Dilma Rousseff, mas chegaram a uma situação insustentável agora que o governo contingenciou 30% dos recursos do setor.

Concebido por quem parece ter pouca familiaridade com a vida universitária e decidiu não se aconselhar com quem tem, o Future-se traz mais incertezas do que saídas razoáveis para o nó que tenta desatar. Desde logo, assim como está, sua aprovação pelo Congresso exigiria considerável esforço político —afinal, trata-se de emendar a Constituição e alterar 17 leis.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares-de-almeida/2019/08/proposta-amadora.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer trocar escola integral por convênio com faculdades

Instituições teriam bônus em avaliação para receber alunos de ensino básico

O Ministério da Educação anunciou que pretende acabar com o atual programa de ensino em tempo integral da pasta.

No lugar da iniciativa, passará a dar bônus na avaliação de universidades que cederem espaços ociosos para alunos do ensino básico estudarem no contraturno.

O Inep (instituto de pesquisa ligado ao MEC) já está mapeando as faculdades com laboratórios e outras instalações disponíveis, segundo o presidente do órgão, Alexandre Ribeiro Pereira Lopes.

A iniciativa valeria tanto para universidades públicas como para particulares. Aquelas que aceitarem ceder a capacidade ociosa para alunos do ensino básico estudarem receberão o que ele chamou de “bônus regulatório”, ou seja, uma nota extra nas

avaliações do ensino superior.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/mec-quer-trocar-escola-integral-por-convenio-com-faculdades.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Equipe econômica prevê orçamento arrojado

A equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano virá apertada. No caso da Agricultura, por exemplo, os recursos para gastos discricionários devem somar o mesmo valor de 2019, mas subtraídos os recursos contingenciados. O mesmo deve ocorrer nas outras pastas. Será a primeira vez em anos que haverá um decréscimo na dotação inicial. O resultado, segundo interlocutores do governo, é fruto do fato de a aprovação da reforma da Previdência ter ficado para o segundo semestre e de a economia estar patinando.

» Meu pirão primeiro. A reunião ministerial no Alvorada na semana passada foi uma choradeira só. A Lei Orçamentária Anual tem de ser encaminhada ao Congresso até o próximo dia 31.

» Wishful... O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, diz: “O recado já chegou”. Ele, porém, espera que a “notícia” (oficial) nunca chegue à pasta.

» ...thinking. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq, vinculado à pasta, até setembro. “Gasto com MCTI é retorno de investimento”, diz Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

» Dedos... Na Agricultura, a ministra Tereza Cristina preparou uma apresentação para Jair Bolsonaro. Quer explicar, por exemplo, a importância de recursos para a vigilância sanitária.

» ...cruzados. Países que tiveram intercorrências como EUA e Tailândia, diz a ministra, não recuperaram as exportações até hoje.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Ala ideológica e Centrão disputam fundo bilionário

Indicação de nomes para a diretoria que administra orçamento de mais de R\$ 50 bi opõe integrantes do governo e de partidos do bloco

BRASÍLIA

Os partidos do Centrão e a chamada “ala ideológica” do Ministério da Educação (MEC) disputam a indicação de nomes para a diretoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão cobiçado pelo orçamento superior a R\$ 50 bilhões e que trata desde a compra de livros escolares ao Financiamento Estudantil (Fies). As siglas esperam conseguir ao menos quatro das seis diretorias do órgão.

Alguns nomes já foram convidados, mas ainda não está definido qual dos partidos do bloco – DEM, PP, PL, PRB e Solidariedade – ficaria com cada diretoria. O acordo é metade das vagas para indicados da Câmara e a outra parte do Senado.

A principal disputa é para escolher o novo diretor de Gestão, Articulação de Projetos

Educacionais (Digap), área que serve de intermediária para parlamentares destinarem recursos de emendas a Estados e municípios. O Estado apurou que o senador Ciro Nogueira (PPPI) tem interesse em emplacar neste posto um aliado. No entanto, segundo uma fonte que acompanha as articulações, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, avalia indicar Ana Cristina Bittar Oliveira, hoje em outra diretoria do FNDE.

Segundo mais de uma fonte ouvida

pelo Estado, as indicações do Senado devem passar, além de Ciro, pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Na Câmara, o PRB deve emplacar um indicado e Rodrigo Maia (DEM-RJ) teria o direito de dar o aval a outro. Maia e Alcolumbre negam participar da negociação.

A articulação com o governo está sendo feita com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM). Conforme o Estado antecipou, a distribuição de cargos, além da liberação de emendas parlamentares, foi uma das estratégias adotadas pelo governo para conseguir levar adiante a reforma da Previdência.

As trocas em diretorias ocorrem em momento de crise no FNDE.

O déficit de funcionários tem atrasado a análise de milhares de processos judiciais sobre o Fies, além da transferência de recursos para construção e reformas de creches. A falta de funcionários ocorre após o MEC anular, por suspeita de irregularidades, contrato com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que vigorava desde 2008.

Duas fontes envolvidas nas indicações ao órgão acreditam que as mudanças podem acirrar conflitos internos. Hoje, há entre os diretores desde militares a funcionários de carreira do FNDE. Uma hipótese será acomodar os atuais dirigentes em cargos menores, como secretarias do fundo. Outro possível conflito, segundo as mesmas fontes, será conciliar interesses dos partidos do Centrão com os da ala ideológica do ministério, influenciada pelo escritor Olavo de Carvalho, considerado o guru do bolsonarismo.

O governo anunciou na semana passada que o advogado Rodrigo Sergio Dias irá substituir o professor Carlos Alberto Decotelli como presidente do FNDE. A nomeação de Dias ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

O advogado é primo e braço direito de Alexandre Baldy (PPGO), secretário de Transportes Metropolitanos no governo de São Paulo e aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Dias presidiu em 2018 a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão com função similar à do FNDE, de executar ações do ministério, mas que apresenta orçamento inferior, na casa de R\$ 3 bilhões.

Investigações. Na Funasa, Dias foi alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeita de superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Funasa – o que ele negou à época.

O advogado chegou a ser indicado em 2018 para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas o processo travou nas mãos da ex-senadora Marta Suplicy (sem partido). O motivo seria, além dos questionamentos do TCU, uma ação a

que Dias respondia sobre agressão contra a ex-mulher. A indicação à agência foi retirada.

Em maio deste ano, Dias foi absolvido da acusação de agressão, mas foi condenado pelo crime de lesão corporal contra o então advogado dela. Nos bastidores, especula-se que a absolvição retirou o “veto político” e cacifou o advogado para retornar a Brasília. Procurado, Dias não quis se manifestar.

O senador Ciro Nogueira e o Ministério da Educação não responderam aos questionamentos da reportagem enviados desde anteontem.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Huck: ‘Vivemos o último capítulo do que não deu certo’

Apresentador diz a jovens no ES que País vive ‘o último capítulo do que não deu certo’

VILA VELHA (ES) / ESPECIAL PARA O ESTADO

Em palestra para cerca de 300 jovens, Luciano Huck dissociou o governo Bolsonaro do processo de renovação política no País e falou de pobreza. “Tem gente que diz que não se passa fome no Brasil. Não está vendo”, afirmou.

Para uma plateia de cerca de 300 jovens, ontem, em Vila Velha (ES), o empresário e apresentador Luciano Huck procurou dissociar o governo do presidente Jair Bolsonaro de qualquer processo de renovação da política no Brasil. Sempre apontado como um possível nome na disputa presidencial de 2022, Huck aproveitou o evento para reforçar um discurso centrado na prioridade da educação de qualidade e no combate à pobreza – desafios do País, que, segundo ele, devem ser enfrentados por sua “geração”.

“A gente precisa de gente nova na política, com todo respeito a esse governo. Esse governo foi eleito de maneira democrática. Foi eleito em uma eleição aberta e justa”, observou o apresentador durante debate “Futuro do Brasil”, no centro de convenções da cidade. “Mas eu não acredito que a gente tá vivendo o primeiro capítulo da renovação. Para mim, estamos vivendo o último capítulo do que não deu certo.”

Do evento participaram também o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung e empresário e fundador do RenovaBR, Eduardo Mufarej. Hartung é conselheiro do grupo de renovação política e um dos principais articuladores de um movimento para que Huck fosse um candidato “outsider” na eleição presidencial do ano passado. O ex-governador chegou a ser cotado como vice numa possível chapa, mas o apresentador declinou e não concorreu.

Atualmente, o plano de uma nova candidatura é tratado com discrição estratégica pelos apoiadores de Huck. A avaliação é que ainda não é o momento de ele se mostrar como um futuro nome para a disputa pelo Planalto.

Huck deu pistas do cálculo político ao afirmar ontem que considera Hartung como seu “mestre Miyagi”, em referência ao personagem do filme Karatê Kid, dos anos 1980. Para o apresentador, o ex-governador tem calma nos movimentos e é estratégico.

Mas, em eventos como o de ontem, Huck não perde a oportunidade de se oferecer como um contraponto ao atual presidente. “Tem gente que diz que não se passa fome no

Brasil. Não está vendo”, disse.

Em julho, Bolsonaro afirmou a jornalistas estrangeiros que é uma “grande mentira” que existam pessoas passando fome no Brasil – depois se corrigiu, afirmando que “o brasileiro come mal” e “alguns passam fome.

O apresentador também ressaltou a aposta na educação, área de conflito no governo Bolsonaro. “Educação tem que ser prioridade número 1 desse país. Não podemos falar de meritocracia no Brasil se as opções são tão diversas. Não precisa ter piscina olímpica em escola. Mas precisa ter professor, ensino de qualidade. A mobilidade social no Brasil é ridícula. É isso que a nossa geração tem que mudar. Nossa elite é muito passiva. Se não colocarmos a mão na massa, as coisas não vão se resolver por geração espontânea.”

Huck citou uma viagem à Coreia do Sul, feita para seu programa, na qual levou uma professora para conhecer o sistema de ensino do país, para justificar mais investimentos em educação.

Já Mufarej defendeu a participação cidadã em prol da democracia. “Existe um movimento da sociedade civil de ocupar os espaços”. O empresário comparou o jogo de rúgbi com a existência de boas práticas políticas. “Ética e transparência é muito difícil na sociedade brasileira. Política é uma missão, e não um negócio.”

Áreas. Hartung elogiou movimentos de renovação política e formação de lideranças como o RenovaBR. Para ele é prioridade a criação de políticas públicas especialmente em educação e infraestrutura. “Precisamos de gente, as máquinas não nos substituem.” Em 2018, o RenovaBR elegeu nove deputados e um senador, entre eles Tabata Amaral (PDT-SP), Felipe Rigoni (PSB-ES) e Marcelo Calero (Cidadania-RJ). Também participou do evento de ontem a fundadora do movimento Vila Nova e aluna do RenovaBR Tayana Dantas. Alinhada com o reduto político de Hartung, a jovem é cotada para ser candidata à prefeitura de Vila Velha. O movimento Vila Nova visa identificar os principais problemas da cidade capixaba e indicar soluções locais. “Se a gente não se dedicar às pessoas que mais precisam de que vai ter valido a vida?”, ponderou Tayana, que mediou o evento.

Hoje, Tabata, Rigoni e o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e o coordenador do Transparência Partidária, Marcelo Issa, apresentam na Câmara um projeto de lei de reforma dos partidos políticos e lançam o “Manifesto pela Renovação dos Partidos”, liderado pelos movimentos Acredito e Transparência Partidária.

“A gente precisa de gente nova na política, com todo respeito a esse governo. Esse governo foi eleito de maneira democrática. Mas eu não acredito que a gente tá vivendo o primeiro capítulo da renovação. Para mim, estamos vivendo o último capítulo do que não deu certo.” Luciano Huck EMPRESÁRIO E APRESENTADOR

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

O país dos advogados

A OAB Nacional pedirá ao Ministério da Educação uma moratória de cinco anos na criação de novos cursos de Direito no país. Em último caso, a Ordem vai à Justiça nos

estados. Só este ano, os 1.500 cursos de Direito (maior que o total do resto do mundo) estão oferecendo quase 900 mil vagas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Presidente Bolsonaro inaugura escola do Sesc no Piauí

Com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, foi inaugurada ontem, 14 de agosto, no município de Parnaíba (PI), mais uma escola do Serviço Social do Comércio (Sesc). Construída com o aproveitamento e a recuperação de um prédio histórico que estava abandonado, chamado Miranda Osório, a nova unidade educacional do Sesc terá padrão militar e vai oferecer 400 vagas para a população da cidade. Conta com estrutura completa e recursos pedagógicos modernos para o aprendizado das várias disciplinas, que incluem duas línguas estrangeiras, instrumentos musicais e práticas esportivas.

Ao comentar o investimento do Sesc na abertura da escola, Jair Bolsonaro parabenizou a iniciativa e disse que ela é bem-vinda. "Desta forma, ajudaremos a mudar o futuro do Brasil", afirmou o presidente. "Porque só mudando a nova geração com boas escolas e com boas instruções é que podemos mudar o País", completou.

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, esteve presente à inauguração, conduzida pelo presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac do Piauí, Francisco Valdeci Cavalcante, que é também vice-presidente da CNC.

Sustentabilidade no DNA

A preocupação com o uso correto dos recursos do planeta é um conceito que inspira a atuação do Sesc, e a unidade do Pantanal sintetiza de muitas formas como a questão é levada a sério pela instituição. Com diversas ações sustentáveis, como o uso de energia solar, a destinação correta de resíduos sólidos e a não utilização de descartáveis plásticos, o Sesc Pantanal - localizado no Mato Grosso - contribui para a conservação da biodiversidade do Pantanal e, conseqüentemente, para a saúde do planeta.

Por meio da educação ambiental, motiva hóspedes e visitantes do Hotel Sesc Porto Cercado a levar para dentro de suas casas os procedimentos e as orientações. O polo socio-ambiental é responsável ainda pela Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, a maior do País, com cerca de 108 mil hectares.

Outra importante iniciativa é a Reserva Natural Sesc Bertioga, em São Paulo, com 51,92 hectares, equivalente a 60 campos de futebol. A unidade possui mais de 650 espécies da flora e fauna da restinga, parte do bioma Mata Atlântica. Já na Serra do Tepequém, em Roraima, fica a Estância Ecológica Sesc Tepequém, que também se tornou RPPN registrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Inovação na educação profissional

O Senac no Ceará inaugura, em 19 de agosto, um novo modelo de escola: o Senac Reference, que chega com uma proposta inovadora em educação profissional, oferecendo cursos rápidos e workshops para constante atualização em segmentos como

Design, Idiomas, Moda, Gastronomia, Beleza e Gestão de Negócios.

Inspirado nas mais modernas ambientações educacionais, o projeto arquitetônico adota princípios do design universal, como acessibilidade em todos os ambientes, além de priorizar a integração entre os segmentos. No total, são 4.437,07m², distribuídos em quatro andares, com mais de 30 ambientes pedagógicos, incluindo modernos laboratórios de educação profissional, além de café e restaurante, que serão espaços de atendimento ao público e, ao mesmo tempo, de aprendizado para alunos, em diversas ocupações da Gastronomia.

É a primeira escola de educação profissional do Ceará que reúne infraestrutura como biblioteca com acervo virtual, além do físico; aromateca; modateca; Livraria Senac; Sala Google; cozinhas experimentais; café; snack bar e restaurante.

Uma das metas é firmar parcerias com instituições internacionais, a exemplo do London College of Fashion.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Ensino a distância domina formação de professores

Apesar das deficiências históricas na formação de professores, o Brasil tem expandido as graduações ligadas à profissão com ensino a distância (EAD), modalidade em que o desempenho acadêmico dos profissionais, não só os da educação, é inferior ao de cursos presenciais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6391451/ensino-distancia-domina-formacao-de-professores>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do ProUni e do Fies Estudantes não matriculados terão até 19 de agosto para concorrer a uma das bolsas remanescentes do ProUni. Para matriculados, a data final continua 30 de setembro

O Ministério da Educação (MEC) vai dar mais tempo a estudantes e instituições, respectivamente, no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Por conta da instabilidade nos portais entre 5 e 7 de agosto, duas datas — uma de cada serviço — serão prorrogadas.

Estudantes não matriculados nas instituições de educação superior (IES) terão até 19 de agosto para concorrer a uma das bolsas remanescentes do ProUni, pelo site do programa. O prazo anterior era até a próxima sexta (16). Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

No caso do Fies, o prazo que venceria de 5 a 9 passou para 16 de agosto. Trata-se do período que as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das IES têm para validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera do Fies. O processo é feito pelo Sistema Informatizado do Fies (SisFies).

Novas datas:

Aberto até 23 de agosto, o prazo para pré-seleção dos alunos na lista de espera por financiamento estudantil conta com diversas convocações ao longo do tempo. Os estudantes afetados foram chamados em 4 de agosto. Eles tiveram até o dia 10 para complementar a inscrição.

“O MEC decidiu prorrogar os prazos do ProUni e do Fies para não prejudicar a prestação do serviço à população”, explicou o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel.

Na semana passada, o MEC acionou a Polícia Federal para investigar indícios de sabotagem aos portais.

O Sistema Presença, utilizado para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade. A pasta, no entanto, não identificou a necessidade de prorrogar o prazo. A data limite para envio das informações continua a ser 23 de agosto.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

MEC amplia prazo para consulta do Future-se

O Ministério da Educação resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do Future-se, programa lançado pelo governo Jair Bolsonaro para as universidades públicas. O prazo terminava hoje. O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, informou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que o adiamento do prazo foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, Oeste do Pará e do presidente do Sebrae, Carlos Meles. Até agora, foram registrados 49.738 cadastros de interessados em participar da consulta.

O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Segundo o secretário, o Sebrae, que será um grande parceiro do programa, pediu mais tempo para apresentar as sugestões de aperfeiçoamento do programa e também os reitores das quatro universidades. Por enquanto, ainda não está decidido como será o encaminhamento ao Congresso do programa, por meio de Medida Provisória ou projeto de lei.

topo ↕

SUPERNOTÍCIA - MG - BRASIL

MEC ANUNCIA NOVAS DATAS PARA FIES E PROUNI

Após instabilidades e invasões em sites, o Ministério da Educação anunciou ontem que o prazo das inscrições das etapas do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) será prorrogado. Os estudantes do Prouni que não estão inscritos em faculdades têm até o dia 19 de agosto para se matricularem em bolsas restantes. Para aqueles que já estão inscritos, o prazo é dia 30 de setembro. Já em relação ao Fies, as instituições têm até 16 de agosto para validar as informações dos pré-selecionados.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

UESPI : Inscrições para seletivo de mestrado em Letras encerram amanhã
A seleção conta com uma vaga para bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes).

As inscrições para o Processo Seletivo do Mestrado Acadêmico em Letras (ML) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) encerram nesta quinta-feira (15). A seleção conta com uma vaga para bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/Capes para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito deste Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, com bolsa mensal no valor de R\$ 4.100, com vigência inicial de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

O candidato deve encaminhar à Secretaria do Mestrado Acadêmico em Letras, até esta quinta-feira (15), via serviço de Sedex, ou presencialmente na Coordenação do Curso, no Núcleo de Pós-Graduação da Uespi (NPG), no campus Poeta Torquato Neto, no horário de 8h às 13h30, a documentação seguinte exigida no ato da inscrição:

- a) Projeto de pesquisa e plano de trabalho a ser desenvolvido no período de vigência da bolsa;
- b) Currículo Lattes para pesquisadores brasileiros com documentos comprobatórios, atualizado em 2019; para estrangeiros, verificar o formato disponibilizado pela Capes, portaria nº 086/13.
- c) Cópia autenticada do diploma de doutor em Letras ou doutor em Estudos Literários;
- d) Cópia autenticada do RG e CPF para pesquisadores brasileiros;
- e) Cópia autenticada do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) para pesquisadores estrangeiros residentes no Brasil; passaporte para pesquisadores estrangeiros não residentes no Brasil;
- f) Ficha de inscrição (Anexo I).

topo ↕

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

Congresso de Direito na UFSC tem recurso federal negado por "militância política"

Capes negou verba que havia sido liberada nas oito edições anteriores do evento. Organizadores estão recorrendo

A justificativa dada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para negar uma liberação de recursos para a realização de um congresso de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem causado revolta no meio acadêmico e notas de repúdio de entidades ligadas à educação. Ao alegar que o evento teria "organizadores e palestrantes de elevada relevância para a comunidade de militância política na área do direito", o órgão ligado ao (MEC) negou um recurso que pedia R\$ 80 mil do governo federal e ainda retirou R\$ 20 mil que já haviam sido autorizados anteriormente.

O motivo da discussão é o Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia, marcado para novembro em Florianópolis. Organizado pela Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, o evento está em sua 9ª edição e nos oito anos anteriores (sempre realizado em uma universidade diferente) recebeu a mesma verba de apoio da **Capes**, através do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP).

Desta vez, conforme explica uma das organizadoras do evento e Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFSC, Cristiane Derani, foi feito um pedido inicial de R\$ 80 mil e o retorno da **Capes** apontava uma liberação parcial de R\$ 20 mil. Com isso, os organizadores tentaram um recurso dentro das normas do programa pedindo uma nova análise do valor — em uma tentativa de conseguir o total da verba. A surpresa veio no novo parecer que,

além de negar a liberação dos recursos, reformava a decisão anterior, retirando os R\$ 20 mil aprovados inicialmente, sob a justificativa de "militância política".

— Esse retorno ocorreu em junho. Desde lá tentamos por todos os meios conversar com a **Capes**, entrar com requerimentos, mas não tivemos mais respostas. O pedido ficou sem manifestação. Só depois de todas as tentativas tornamos isso público nas redes sociais. Agora, com a mobilização que isso gerou, fiz um recurso de ofício ontem (segunda-feira, 13) para o Conselho Superior, mas ainda não tivemos resposta — explica a professora Cristiane Derani.

Procurada pela reportagem, a **Capes** se manifestou explicando que a decisão é tomada após uma análise de um conselho de especialistas que não são servidores do governo, e tal conselho não havia considerado o evento "científico" (leia a nota na íntegra no fim da reportagem). A **Capes** explicou também que o conselho é variável, formado por pessoas diferentes a cada encontro.

Pelo outro lado, Derani questiona a razão do primeiro conselho ter aceitado uma liberação parcial e, depois, o segundo retirado todos os recursos:

— Ele foi considerado científico inicialmente, tanto que liberaram R\$ 20 mil. Como é considerado uma vez e depois não? Fere toda a Constituição você ter um processo em que as pessoas retroagem o que foi concedido anteriormente.

Organização busca outras fontes de recurso

A Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano garante que o evento segue marcado para novembro na e que está buscando outras agências de fomento para tentar recursos. O congresso teria como tema "Novas economias e formas alternativas de pensar e viver" e tem na agenda palestrantes nacionais e internacionais vinculados a programas de pós-graduação em direito.

— O evento vai acontecer. Quais as condições ainda é uma incógnita — resume a professora Cristiane Derani.

O que diz a **Capes**

O Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) é responsável pelo fomento de eventos científicos e tecnológicos no país, implementado pela **CAPES** ao longo de sua existência. Seu objetivo é incentivar a divulgação científica e tecnológica das pesquisas realizadas pelo Programas/Cursos de pós-graduação no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Semestralmente ocorre a seleção das propostas apresentadas em resposta aos editais publicados pela **CAPES**, garantindo-se, deste modo, a isonomia e a objetividade dos julgamentos promovidos pelos próprios pares da comunidade acadêmica.

No caso do evento 'VIII Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia: decolonialidade, pluralismo jurídico e alternativas ao desenvolvimento', a análise de mérito foi realizada por um consultor ad hoc, com autonomia em relação à **CAPES**, que concluiu não ter a proposta apresentada preenchido os requisitos de cientificidade

mínimos exigidos para implementação do fomento.

A **CAPES**, como princípio, honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC quer trocar escola integral por convênio com faculdades

Instituições teriam bônus em avaliação para receber alunos de ensino básico

O Ministério da Educação anunciou que pretende acabar com o atual programa de ensino em tempo integral da pasta.

No lugar da iniciativa, passará a dar bônus na avaliação de universidades que cederem espaços ociosos para alunos do ensino básico estudarem no contraturno.

O Inep (instituto de pesquisa ligado ao MEC) já está mapeando as faculdades com laboratórios e outras instalações disponíveis, segundo o presidente do órgão, Alexandre Ribeiro Pereira Lopes.

A iniciativa valeria tanto para universidades públicas como para particulares. Aquelas que aceitarem ceder a capacidade ociosa para alunos do ensino básico estudarem receberão o que ele chamou de “bônus regulatório”, ou seja, uma nota extra nas avaliações do ensino superior.

A iniciativa vai substituir o atual Novo Mais Educação, programa que financiava o tempo integral em escolas municipais e estaduais, principalmente com atividades de português e matemática.

Embora seja uma promessa da gestão Jair Bolsonaro (PSL), o ensino integral sofreu esvaziamento em seu governo.

Como a Folha mostrou em julho, não houve neste ano repasse para o apoio à modalidade nos ensinos fundamental e médio.

A intenção do MEC de acabar com o Novo Mais Educação foi anunciada pelo secretário de Educação Básica do MEC, Janio Carlos Macedo, nesta quarta-feira (14) durante o Fórum da Undime, entidade que reúne secretários municipais de todo o país.

A declaração vai contra o Compromisso Pela Educação Básica anunciado pelo MEC em junho. Divulgação feita pelo ministério à época falava em “revitalizar o programa Novo Mais Educação”.

Nesta quarta, Macedo disse que o programa deve ser descontinuado e mencionou um projeto-piloto para aumentar a carga horária em escolas de ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de quatro para cinco horas diárias. Ele não informou quantas unidades seriam contempladas.

Prometeu também a construção de uma proposta de tempo integral para o ensino médio, com sete horas diárias. Também não foi informado o número de colégios.

Segundo ele, a ideia é integrar as atividades oferecidas no contraturno ao currículo escolar.

“Da forma como está, nós simplesmente negociamos com as prefeituras a contratação de alguém para dar formação complementar ao estudante. Como eu asseguro que ele está tendo a educação adequada?”

Na verdade, o programa Mais Educação, criado no governo Lula (PT), já havia sofrido modificações nesse sentido na gestão Michel Temer.

Inicialmente, ele financiava atividades extracurriculares das escolas, que incluíam cultura, esportes e outras áreas. Sob Temer, o foco passou a ser principalmente o reforço em português e matemática.

A utilização de espaços ociosos de faculdades para alunos de ensino básico já faz parte de programa anunciado neste ano pelo governo João Doria, em São Paulo.

As universidades interessadas, porém, não recebem benefícios regulatórios e sim uma verba extra. O custo é estimado em R\$ 500 por aluno.

No caso do programa do Inep, ainda não foi definido qual a dimensão da pontuação extra que as faculdades vão receber.

Segundo o presidente do instituto, não será nem algo irrelevante, que desestimule a adesão ao programa, nem algo tão expressivo que, em suas palavras, desvirtue a avaliação.

Ele afirmou ainda que a medida já foi discutida pelo setor. Entre as entidades que representam o ensino superior privado está a Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), que tem a irmã do ministro Paulo Guedes (Economia) como dirigente.

Baseadas em provas dos estudantes e visitas in loco, as avaliações do Inep norteiam ações de regulação do governo federal.

Se receber uma nota ruim, a instituição de ensino está sujeita a sanções que podem incluir até a suspensão de vestibulares. Com o bônus, uma instituição poderia escapar de eventual punição.

Pesquisas indicam que a ampliação da jornada escolar contribui para melhorar os índices de aprendizagem e também aumenta as chances de o jovem ingressar no ensino superior.

O Plano Nacional de Educação prevê que o país tenha, até 2024, 50% das escolas em tempo integral, de forma a atender ao menos 25% dos alunos do ensino básico. Atualmente, só 23% das escolas públicas têm ao menos um quarto dos estudantes nessa modalidade.

Em 2018, o número de alunos em tempo integral caiu no ensino fundamental, de 16,3% para 10,9%, e subiu no ensino médio (de 8,4% para 10,3%) em comparação com o ano

anterior, segundo o censo escolar.

A jornalista viajou a Mata de São João a convite da Undime

Educação em tempo integral

Como era

Escolas recebiam repasses para atividades no contraturno escolar

Desde 2017, prioridade no uso da jornada extra era dada ao reforço em português e matemática

Como fica

Faculdades irão ceder espaços ociosos para receber alunos no contraturno

Em troca, receberão bônus nas avaliações oficiais de qualidade

GOVERNO BOLSONARO

Neste ano, o MEC não realizou repasses para apoiar redes públicas na criação e manutenção de alunos em tempo integral

Repasses para construção de creches, alfabetização e ensino técnico também foram afetados por cortes

R\$ 5,8 bi

foi o contingenciamento de recursos na educação neste ano até agora, com impactos desde educação infantil à pós-graduação

10,9%

dos estudantes de ensino fundamental estavam em escolas integrais em 2018, segundo o Censo Escolar. Em 2017 eram 16,3%

10,3%

era a proporção de alunos no ensino médio integral em 2018, ano do último censo divulgado

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Escolas-conceito para classe C em São Paulo têm mensalidade de até R\$ 700
Colégios oferecem propostas semelhantes às de unidades que custam mais de R\$ 3.000**

A mensalidade custa R\$ 690, mas parece escola de rico: ensino integral, cada aluno com seu notebook, inglês todos os dias, laboratório “maker” para construir objetos utilizando na prática o que se aprende na teoria, aulas de Steam, o moderno sistema que integra ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática. E o prédio, na Penha, zona leste de São Paulo, foi reformado pelo renomado arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Inaugurada em 2018, a Escola Mais é exemplo de um segmento que o mercado de educação privada começa a explorar, o de “escolas-conceito” para a classe C. O projeto

é abrir, em bairros da periferia, colégios que ofereçam ensino com métodos de vanguarda, normalmente restritos às escolas mais caras, que têm mensalidades que custam pelo menos cerca de R\$ 3.000 para o integral e ficam em regiões de alto poder aquisitivo.

Um texto de divulgação enviado à Folha é ainda mais ambicioso e compara a proposta educacional da Escola Mais à da Concept e da Avenues, as novas escolas para a classe AAA que se vendem como inovadoras, com mensalidades, respectivamente, de R\$ 6.000 e R\$ 11 mil.

Com o país em crise econômica, a aposta tem se mostrado bem-sucedida. Após a primeira unidade da Mais, que está com 300 alunos e contou com um investimento inicial de R\$ 5 milhões, outras três serão abertas em 2020 na zona sul de São Paulo (Vila das Mercês, Vila Mascote e um outro bairro a ser definido). Todas terão fundamental 2 (6º ao 9º ano) e médio. A partir de 2021, oferecerão também o fundamental 1 (1º ao 5º ano).

A meta é inaugurar dez escolas nos próximos quatro anos. O principal investidor é o Grupo Bahema, que, entre as aquisições que vem fazendo na educação básica, em 2017 comprou a Escola da Vila, umas das mais reconhecidas de São Paulo na linha construtivista e de educação de vanguarda, com unidades no Butantã (zona oeste), Morumbi (zona sul) e Granja Viana (Grande São Paulo). Esse e os outros colégios do grupo são voltados à classe A; a Escola Mais é primeiro investimento na classe C.

Outro grupo que voltou os olhos a esse segmento foi o SEB (Sistema Educacional Brasileiro), um dos maiores do país, que possui escolas em oito estados com cerca de 50 mil alunos. Depois de adquirir as redes Maple Bear e Pueri Domus e de criar a Concept, na faixa que eles chamam de “premium”, decidiu mirar o público BC e lançou a Luminova. A mensalidade é de R\$ 500 para o horário regular, com a possibilidade de contratar atividades extracurriculares, que chegam a um custo máximo de R\$ 385, para que o período de permanência na escola seja integral.

Diretor-geral da Luminova, Luizinho Magalhães diz que as metodologias utilizadas são semelhantes às da Concept, todas na moda, com nomes em inglês: “learning by doing” (aprender fazendo), “flipped classroom” (aula invertida, o aluno ensina), “learning for projects” (aprender com projetos), “game-based learning” (aprendizado baseado em jogos) etc.

Com investimento inicial de R\$ 18 milhões e outros R\$ 60 milhões previstos, foram inauguradas neste ano as primeiras quatro unidades, três em São Paulo (Barra Funda/zona oeste, Vila Prudente/leste, Bom Retiro/centro) e uma em Sorocaba, no interior. Com 89% das vagas preenchidas, têm 3.000 alunos (Bom Retiro e Sorocaba vão do infantil ao médio; Barra Funda e Vila Prudente, do fundamental ao médio). Nos próximos cinco anos, o grupo planeja abrir mais 25 unidades, com um investimento de R\$ 200 milhões e o possível lançamento do sistema de franquias.

Tanto os administradores da Luminova quanto os da Escola Mais explicam que cada detalhe do funcionamento das escolas deve ser planejado para reduzir custos, de maneira que possam ser lucrativas com as mensalidades mais baixas. “Os prédios são menores. As outras escolas do SEB costumam ter 12 mil m², na Luminova são perto de

5.000 m², o que facilita a manutenção. Equipe administrativa, coordenadores e diretores trabalham em um espaço comum, um coworking, ninguém tem sala individual”, explica o diretor. “As salas de aula têm paredes flexíveis e se adaptam a diferentes usos. No mesmo lugar é possível ensinar matemática em um horário e dançar em outro. Também redimensionamos as funções de cada profissional. O técnico de manutenção pode ser o responsável pela entrada e saída dos alunos, por exemplo”, afirma Magalhães.

Na Escola Mais, apesar de soar paradoxal, o horário integral também é utilizado para reduzir os custos, segundo um dos sócios-fundadores, o administrador José Aliperti. “Com as crianças o dia todo na escola, conseguimos organizar as atividades com o rodízio dos nossos espaços. Quando um grupo está na quadra, por exemplo, outros estão no laboratório, na biblioteca, na sala de aula ou no refeitório. Assim, conseguimos ter apenas três salas de aula para dez turmas”, explica.

O horário integral, diz, ajuda ainda a manter o corpo docente exclusivamente dedicado à escola, o que é raro hoje em dia. “Professores costumam trabalhar por volta de 30 horas por semana em duas, três escolas. Aqui pagamos menos do que outros colégios da região por hora-aula, mas os contratamos por 45 horas, então acabam ganhando a mesma coisa, economizam com deslocamento e podem dedicar mais tempo aos alunos.” A média salarial do professor na Escola Mais é de R\$ 4.500.

Diretor de educação da Associação Brasileira de Startups, Aliperti atuou por seis anos no Porto Seguro, tradicional colégio do Morumbi (zona sul) para a classe A, antes decidir investir na C, em sociedade com o cineasta e engenheiro Günther Mittermayer e com a pedagoga Marina Castellani, que trabalhou na Lumiar, escola de linha inovadora voltada à classe A.

O grupo vislumbra futuramente atender estudantes da rede pública, com parcerias com estados e municípios. “O governo gasta cerca de R\$ 700 por aluno em média na educação básica, sendo que, em São Paulo, chega a R\$ 1.200, valor mais alto do que a nossa mensalidade”, compara Aliperti.

Segundo ele, 20% dos alunos da Escola Mais vieram de colégios públicos e 80%, de particulares com mensalidades até por volta de R\$ 1.000, mas para o horário regular, não integral. Além de potencialmente proporcionar um ensino de mais qualidade, a maior permanência na escola é encarada pelos pais da região também como uma forma de manter o filho em segurança enquanto trabalham, além de economizar, já que não há custos com atividades extras, como curso de inglês e esportes, e deslocamentos.

Em tempos de perda do poder aquisitivo, algo intrigante se deu nas matrículas da Luminova: o alto número de alunos da classe AB. Nas quatro unidades, a média gira em torno 50%, sendo que, na Barra Funda, região que teve um recente boom de condomínios de alto padrão, entre eles o Jardim das Perdizes, o número chega a 70%. “Quando fizemos reuniões com famílias interessadas, uma mãe perguntou se faríamos excursões para a Disney, o que é totalmente fora da nossa proposta. Queremos levar as crianças para o Wet’n Wild”, diz Luizinho Magalhães, referindo-se ao parque aquático na rodovia dos Bandeirantes, a uma hora de São Paulo.

Essa mãe, da classe AB, matriculou o filho na Luminova, e o diretor-geral, como uma forma de compreender melhor seu público-alvo, foi perguntar a ela o porque da escolha.

“Ela me disse que, economizando com a escola, a família poderia conseguir guardar dinheiro para viajar para a Disney.”

Diante da crise, essa escola para classe C não só parece de rico como é.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC quer trocar escola integral por aluno em faculdade ociosa

Proposta é acabar com Novo Mais Educação, programa criado no governo Lula e reformulado no Temer

O Ministério da Educação (MEC) pretende acabar com o atual programa de ensino em tempo integral da pasta, batizado de Novo Mais Educação. No lugar, a ideia é dar bônus na avaliação de universidades que cederam espaços ociosos para alunos do ensino básico estudarem no contraturno. A informação é do jornal Folha de S. Paulo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao MEC, faz um mapeamento das faculdades com laboratórios e outras instalações disponíveis. A iniciativa valeria tanto para universidades públicas quanto particulares. Aquelas que aceitarem ceder a capacidade ociosa para alunos do ensino básico receberão uma nota extra nas avaliações do ensino superior.

A intenção do MEC de acabar com o Novo Mais Educação foi anunciada nessa quarta-feira (14/08/2019) pelo secretário de Educação Básica da pasta, Janio Carlos Macedo. A declaração, contudo, vai contra o Compromisso Pela Educação Básica, anunciado em junho pelo MEC. À época, o ministério falava em revitalizar o atual programa.

Macedo disse que o programa deve ser descontinuado e mencionou um projeto-piloto para aumentar a carga horária em escolas de ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de quatro para cinco horas diárias. Ele não informou quantas unidades seriam contempladas. A proposta é integrar as atividades oferecidas no contraturno ao currículo escolar.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Cursos à distância predominam na formação de novos professores

A ONG (Organização não Governamental) Todos Pela Educação divulgou nesta 5ª feira (15.ago.2019) 1 estudo (íntegra) sobre a formação inicial de professores no Brasil. O levantamento mostra que a maioria dos novos alunos que entram em cursos ligados à carreira de professores optam por EAD (Educação à Distância). Os cursos considerados pela pesquisa foram os de Pedagogia e licenciaturas.

De acordo com o levantamento, os futuros professores formados em EAD possuem desempenho acadêmico pior que os da modalidade presencial. Entre os formados a distância, 75% estão abaixo da pontuação 50 no Enade (em uma escala de 0 a 100); esse percentual é de 65% em relação aos concluintes de cursos presenciais.

Na rede privada, de 2010 a 2017, o número de estudantes que ingressam anualmente nos cursados ligados à carreira de docente dentro da modalidade EAD subiu de 128,5 mil (29% do total de ingressantes da rede pública e privada) para 336,1 mil (53%). O crescimento nesses 7 anos foi de 162%.

Como comparação, apenas 8% dos alunos que optam por carreiras ligadas à docência

ingressa em cursos à distância nas instituições públicas. Em números, isso representa 50,9 mil estudantes.

Os 39% de ingressantes nessas faculdades que optam pela modalidade presencial estão divididos de maneira igualitária entre a rede pública (19%) e a privada (20%).

Pedagogia influencia

O curso de pedagogia foi o que teve a maior representatividade nessa transferência de maioria na modalidade EAD. Foram 102,3 mil novos alunos nessa categoria em 2017. Dos 208 mil estudantes que ingressaram na EAD para disciplinas focadas na carreira acadêmica, 49,2% foram de pedagogia.

O curso tem praticamente o triplo de adesões de novatos à categoria EAD que o 2º colocado, o de educação física (35.200). Completa o pódio a faculdade de matemática, com 15.100 alunos.

Fora da carreira acadêmica

Em cursos que não são voltados para a formação de professores, o percentual de novos alunos que optam pelo ensino à distância cai drasticamente. Enquanto nas carreiras ligadas à docência essa representação é de 61%, nos demais cursos o índice é de 27%. Contudo, o percentual mais que dobrou desde 2017, quando apenas 10% dos novos alunos estavam na EAD.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer usar faculdade para ensino integral

O Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno. Para estimular a participação, a pasta vai pagar um “bônus regulatório” – acréscimo na nota da avaliação das faculdades feita pelo próprio MEC. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

Haverá um projeto-piloto no ensino médio, com carga horária de sete horas diárias. Hoje, o Mais Educação foca o ensino fundamental. O novo programa deve ampliar a jornada do 6º ao 9º ano do fundamental de quatro para cinco horas. “Vamos trabalhar para que a hora a mais já funcione como itinerário formativo, ligado à grade curricular e também à vida do aluno”, disse Jânio Macedo, secretário de Educação Básica do MEC.

“Não queremos mais financiar os municípios apenas para que contratem alguém que vai dar atividades para aumentar o tempo do aluno na escola, sem sabermos se as atividades estão ligadas à grade curricular”, afirmou Macedo. Em 2018, o Mais Educação atendia cerca de 1,1 milhão de alunos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Por instabilidade em portais, prazos do ProUni e Fies são prorrogados

O MEC acionou a Polícia Federal para investigar indícios de sabotagem nos sites

O Ministério da Educação (MEC) vai prorrogar o prazo para estudantes e instituições se inscreverem no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de

Financiamento Estudantil (Fies). Uma instabilidade nos portais entre 5 e 7 de agosto provocou a extensão dos prazos.

No caso do Prouni, os estudantes não matriculados nas instituições de educação superior (IES) terão até 19 de agosto para concorrer a uma das bolsas remanescentes. O prazo anterior terminava na sexta-feira 16. Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

No Fies, o prazo para as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das IES validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera que venceria de 5 a 9 passou para 16 de agosto.

Segundo o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, na semana passada, o MEC acionou a Polícia Federal para investigar indícios de sabotagem aos portais e opção por prorrogar os prazos visam a não prejudicar os estudantes.

O Sistema Presença, utilizado para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade, mas o MEC não identificou necessidade de prorrogar o prazo para envio de informações, que continua a ser 23 de agosto.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Educação a distância prevalece na formação de novos professores

Maioria dos futuros docentes fazem estes cursos em redes privadas de ensino.

Número de alunos com formação não presencial cresceu 162%

Seis de cada dez ingressantes em cursos de formação inicial de novos professores estudam por meio de EAD (educação a distância). A maioria dos futuros docentes fazem esses cursos em redes privadas de ensino (53%). Entre 2010 e 2017, o crescimento de alunos de magistério com formação não presencial em faculdades particulares cresceu 162%.

Esses dados foram contabilizados pela ONG (organização não governamental) Todos pela Educação no estudo “Estatísticas de ensino superior sobre formação inicial de professores no Brasil”, a partir dos registros do Censo de Educação Superior, apurados pelo Inep/MEC em 2017.

Conforme a análise, em oito anos, a quantidade de ingressantes em cursos voltados à docência reverteu entre as modalidades presencial e a distância. Em 2010, 151 mil alunos iniciantes eram de cursos EAD (34% do total). Em 2017, o volume era de 387 mil (61%). Já na modalidade presencial, a queda foi de 292 mil em 2010 ingressantes (66% do total) para 251 mil ingressantes (39%).

No mesmo período, o crescimento do número de alunos de curso de formação de professores em educação a distância é maior do que o verificado nos demais cursos. Em 2010, 13% dos alunos de cursos superiores (excetuados os de formação em magistério) faziam na modalidade a distância. Em 2017, a proporção era menos de um terço (27%), trinta e quatro pontos percentuais abaixo do verificado nos cursos de formação de professores.

Setenta e dois por cento dos concluintes dos cursos de formação de professores são da rede privada e 28% da rede pública de ensino superior. A maioria dos formados ainda

são da modalidade presencial (57%). Quarenta e três por cento dos concluintes fizeram cursos EAD. De cada 100 alunos formandos em magistério de cursos a distância, 93 estudaram em instituições privadas.

Fui agredido em sala de aula: 3 professores contam histórias de violência, trauma e decepção

Além de matrículas e de formandos, a ONG avaliou os dados sobre o desempenho dos formados em cursos voltados à docência no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), também do Inep/MEC. De acordo com a análise, os ex-alunos de formação a distância se saem pior do que seus colegas de formação presencial.

Três quartos dos formados por EAD (75%) têm notas inferiores a 50 (valor máximo de 100). Entre os formados em educação presencial, os percentuais de baixo desempenho é dez pontos percentuais menor (65%).

A apresentação da avaliação da pesquisa assinala que “a grande maioria dos cursos de formação inicial para professores precisa de melhorias significativas. Ainda assim, é possível notar que os cursos da modalidade EAD possuem indicadores de qualidade pior”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC quer dar bônus a faculdade privada que emprestar espaço para escola pública

Novo programa vai prever atividades no contraturno do ensino médio e fundamental; secretário da pasta foi vaiado ao citar projeto de colégios cívico-militares

MATA DE SÃO JOÃO (BA) - O Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno. Para estimular a participação, a pasta vai pagar um "bônus regulatório" - acréscimo na nota da avaliação das faculdades feita pelo próprio MEC. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

"Vamos descontinuar o Mais Educação porque não queremos mais financiar os municípios apenas para que contratem alguém que vai dar atividades para aumentar o tempo do aluno na escola, sem sabermos se as atividades estão ligadas à grade curricular", disse Jânio Macedo, secretário de Educação Básica do MEC, nesta quarta-feira, 14, no 17º Fórum Nacional da União dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), que reúne secretários municipais de educação de todo o País.

Haverá um projeto-piloto no ensino médio, com carga horária de sete horas diárias. Hoje, o Mais Educação foca o ensino fundamental e trabalha com dois tipos de jornada, de cinco ou sete horas por dia. Em 2018, o Mais Educação atendia cerca de 1,1 milhão de alunos e 7.483 escolas em todo o País.

O novo programa, diz Macedo, prevê ampliar a jornada do 6.º ao 9.º ano do fundamental de quatro para cinco horas - o que não configura tempo integral, que demanda carga horária mínima de sete horas por dia. "Vamos trabalhar para que a hora

a mais já funcione como itinerário formativo, ligado à grade curricular, mas com ligação com a vida do aluno."

O MEC quer que essas horas a mais de aula aconteçam nas instituições de ensino superior, aproveitando espaços que elas já têm, como laboratórios e salas de informática. Segundo Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o órgão está fazendo levantamento dos equipamentos e espaços que cada instituição, incluindo as públicas, possui e em quais turnos estariam livres para serem usados pelas escolas.

"O que estamos levantando é que tipo de laboratórios elas têm, que instrumentos pedagógicos possuem e podem ser usados como complementação para o ensino básico", disse Lopes. Para ele, essa ação vai economizar recursos já que, no lugar construir laboratórios em escolas que não possuem, serão aproveitados os equipamentos já existentes em outras instituições.

Novo programa não prevê pagamento às universidades particulares

Nessa parceria com as faculdades privadas, o novo programa não prevê pagar recurso extra às instituições que cederem seus espaços para as escolas. O único benefício previsto até agora é o chamado bônus regulatório.

As instituições que aderirem terão, apenas por participar, um acréscimo de pontuação nos indicadores de qualidade que são avaliados pelo MEC. "Vamos encontrar uma calibragem para que o bônus não seja nem irrelevante a ponto de não ser estimulante para a participação, nem que seja grande demais a ponto de pesar demais nos índices de qualidade", disse Lopes.

Na prática, o programa poderia ser interessante para as faculdades privadas, já que para essas instituições notas altas nos indicadores de qualidade são importantes para atrair novos alunos. Para as universidades públicas, que já enfrentam uma série de dificuldades orçamentárias, a adesão traria mais custos com o uso das instalações físicas e desgaste de equipamento. A nota dada pelo MEC também é usada para descredenciar cursos que não atinjam um patamar mínimo de qualidade em avaliações consecutivas.

O MEC não detalhou se a parceria vai prever a oferta de um professor ou tutor para as atividades pelas próprias faculdades privadas. Procurada pela reportagem para dar mais informações sobre o projeto, a pasta informou apenas que "o programa está sendo revisto conforme divulgado no Compromisso Nacional pela Educação Básica", de 11 de julho. Ainda conforme o ministério, a Undime e o Consed, órgão que representa os secretários estaduais de educação, participam da construção do novo modelo. Criado em 2007, Mais Educação não alavancou aprendizagem dos alunos

O Mais Educação foi criado em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para fomentar a educação integral com atividades no contraturno. O projeto previa aulas complementares, como de música, dança, artes, e não necessariamente ligadas ao currículo formal. O programa, porém, não trouxe melhoria no desempenho dos estudantes e foi reformulado em 2017, na gestão Michel Temer (MDB). Com a reformulação, o Novo Mais Educação, como passou a ser chamado, focou o horário adicional no ensino de Língua Portuguesa e Matemática.

Segundo o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), apenas 15,5% das matrículas da educação básica pública do País são em período integral. O PNE, lei que fixa metas para melhorar a qualidade da educação no Brasil, prevê alcançar 25% das matrículas e 50% das escolas da rede pública nessa modalidade até 2024.

Em fevereiro, o governo João Doria (PSDB) também lançou uma iniciativa de parceria entre a rede pública de ensino paulista e faculdades privadas, o programa Educa SP. A proposta é que os adolescentes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou particulares.

Representante do MEC é vaiado ao citar proposta de escolas cívico-militares

Na apresentação para os secretários municipais de ensino, Jânio Macedo também anunciou que no próximo mês será apresentado o projeto para a implementação de 108 escolas cívico-militares em todas as unidades federativas do País até 2023. Segundo o MEC, há atualmente 203 escolas cívico-militares no Brasil.

Assim que iniciou a explicação, o secretário de Educação Básica do MEC foi vaiado pelos dirigentes. "Sei que esse é um tema sensível, mas esse debate cabe na sociedade e precisamos fazê-lo." Diferentemente das escolas militares, que são diretamente comandadas pelo Exército ou a Polícia Militar, o modelo defendido pelo ministério prevê gestão compartilhada entre a escola ou rede de ensino e o órgão militar.

Conforme o ministério, esse formato permite a oferta de educação de mais qualidade aos alunos. Ainda em elaboração e sem muitos detalhes sobre o projeto, o secretário disse apenas que a implementação das unidades nesse modelo ocorrerá de forma que "não busque a militarização dos estudantes".

Em julho, o Ministério Público Federal da Bahia recomendou que escolas públicas militarizadas não mais interfiram em aspectos da conduta dos alunos como corte de cabelo, cor das unhas e maquiagem dos estudantes ou os impeça de namorar e se manifestar politicamente. Nos últimos anos, o modelo tem crescido no País - além da Bahia, Goiás e Distrito Federal são outros locais em que houve adoção do formato.

*A repórter viajou a convite da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Educação a distância prevalece na formação de novos professores

Seis de cada dez ingressantes em cursos de formação inicial de novos professores estudam por meio de educação a distância (EAD). A maioria dos futuros docentes fazem esses cursos em redes privadas de ensino (53%). Entre 2010 e 2017, o crescimento de alunos de magistério com formação não presencial em faculdades particulares cresceu 162%.

Esses dados foram contabilizados pela organização não governamental (ONG) Todos pela Educação no estudo "Estatísticas de ensino superior sobre formação inicial de professores no Brasil", a partir dos registros do Censo de Educação Superior, apurados pelo Inep/MEC em 2017.

Conforme a análise, em oito anos, a quantidade de ingressantes em cursos voltados à

docência reverteu entre as modalidades presencial e a distância. Em 2010, 151 mil alunos iniciantes eram de cursos EAD (34% do total). Em 2017, o volume era de 387 mil (61%). Já na modalidade presencial, a queda foi de 292 mil em 2010 ingressantes (66% do total) para 251 mil ingressantes (39%).

No mesmo período, o crescimento do número de alunos de curso de formação de professores em educação a distância é maior do que o verificado nos demais cursos. Em 2010, 13% dos alunos de cursos superiores (excetuados os de formação em magistério) faziam na modalidade a distância. Em 2017, a proporção era menos de um terço (27%), trinta e quatro pontos percentuais abaixo do verificado nos cursos de formação de professores.

Concluintes e qualidade dos cursos

Setenta e dois por cento dos concluintes dos cursos de formação de professores são da rede privada e 28% da rede pública de ensino superior. A maioria dos formados ainda são da modalidade presencial (57%). Quarenta e três por cento dos concluintes fizeram cursos EAD. De cada 100 alunos formandos em magistério de cursos a distância, 93 estudaram em instituições privadas.

Além de matrículas e de formandos, a ONG avaliou os dados sobre o desempenho dos formados em cursos voltados à docência no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), também do Inep/MEC. De acordo com a análise, os ex-alunos de formação a distância se saem pior do que seus colegas de formação presencial.

Três quartos dos formados por EAD (75%) têm notas inferiores a 50 (valor máximo de 100). Entre os formados em educação presencial, os percentuais de baixo desempenho é dez pontos percentuais menor (65%).

A apresentação da avaliação da pesquisa assinala que "a grande maioria dos cursos de formação inicial para professores precisa de melhorias significativas. Ainda assim, é possível notar que os cursos da modalidade EAD possuem indicadores de qualidade pior".

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer usar faculdade para ensino integral

O Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno. Para estimular a participação, a pasta vai pagar um "bônus regulatório" - acréscimo na nota da avaliação das faculdades feita pelo próprio MEC. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

Haverá um projeto-piloto no ensino médio, com carga horária de sete horas diárias. Hoje, o Mais Educação foca o ensino fundamental. O novo programa deve ampliar a jornada do 6º ao 9º ano do fundamental de quatro para cinco horas. "Vamos trabalhar para que a hora a mais já funcione como itinerário formativo, ligado à grade curricular e também à vida do aluno", disse Jânio Macedo, secretário de Educação Básica do MEC.

"Não queremos mais financiar os municípios apenas para que contratem alguém que vai

dar atividades para aumentar o tempo do aluno na escola, sem sabermos se as atividades estão ligadas à grade curricular”, afirmou Macedo. Em 2018, o Mais Educação atendia cerca de 1,1 milhão de alunos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

BLOG DO VALENTE - TEMPO REAL

Unicesumar lança Biblioteca Digital com serviços para alunos e comunidade Com o meta-buscador, ferramenta facilita o desenvolvimento de pesquisas científicas e disponibiliza conteúdos próprios produções internas para acesso público

Já está em funcionamento a nova Biblioteca Digital Unicesumar (BDU), um meta-buscador integrado com catálogo online de todo o acervo da Instituição, que vai desde livros físicos, e-books, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros. O novo sistema possibilitará ao aluno a renovação de livros online e buscas com pesquisas avançadas. Para a comunidade, o benefício se dá pelo acesso gratuito às produções acadêmicas e docentes que são realizadas dentro da Instituição. A Unicesumar é uma das primeiras instituições de ensino a aderir ao novo método.

Ao digitar as palavras-chave no meta-buscador da Instituição a pesquisa é realizada simultaneamente no catálogo da Biblioteca Central, catálogo dos Campi, Repositório Digital da Unicesumar (RDU), Portal de Revistas Científicas, Bases de Dados assinadas e Portal **Capes**. Tudo é realizado online em uma pesquisa única e de forma potencializada. Por meio das palavras-chave, o pesquisador poderá ter acesso a todo o desdobramento do assunto procurado, além da utilização de filtros que facilitarão na agilidade da procura.

“O pesquisador de hoje não tem tempo a perder, antes se perdia muito folheando os livros, tirando cópias e, muitas vezes, lendo artigos que não correspondiam ao segmento buscado”, enfatiza a Diretora de Pesquisa da Unicesumar, profa. Ludhiana Ethel de Matos Garbugio. Citando o exemplo da área da saúde, em que a segmentação do conteúdo buscado é fundamental, Ludhiana complementa: “A nova plataforma segue um padrão internacional de procura, filtrando o conteúdo por ano, local, autor, área, dentre outros. Uma pesquisa para o assunto Alzheimer, por exemplo, poderá ser segmentada com mulheres acima de 60 anos ou especialmente para idades diferentes ou outro gênero, que é um caso raro”.

A integração do conteúdo tem como objetivo chegar à informação necessária de forma mais rápida e assertiva, até a obtenção de dados sobre casos raros, mais específicos ou dentro de uma janela temporal. “Para a comunidade acadêmica, isso é um ganho imensurável. Aumenta o acesso do aluno e pesquisador aos bancos de dados que estão disponíveis, dando mais visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e congregando a produção em todos os campi da Unicesumar. Todo pesquisador quer que a sua produção seja lida e não algo arquivada”.

Quem tiver interesse no acesso à Biblioteca Digital Unicesumar poderá conferir pelo site institucional www.unicesumar.edu.br/biblioteca. As bases são compostas de conteúdos exclusivos para os alunos da Instituição e os conteúdos de acesso livre. Dentre as opções de acesso gratuito, está a base própria, com a produção de alunos que atingiram notas acima de 90, esse conteúdo que comporta os TCCs, além de todas as dissertações, teses e revistas científicas da Unicesumar. A produção pode ser lida de

qualquer lugar com acesso à internet.

Assessoria de imprensa EAD Unicesumar

topo ↕

FUNDACRED - TEMPO REAL

Cooperação internacional é foco da 10ª edição do InfoCAPES

Da ação com a França, em 1978, à mais recente parceria, em 2018, com a Alemanha, pela Universidade de Tübingen, já se somam centenas de acordos firmados pela **CAPES** com diversos países e instituições estrangeiras ao longo de 41 anos de cooperação internacional. O balanço desta iniciativa é abordado no InfoCAPES de agosto.

A décima edição do informativo traz exemplos de cooperações internacionais e mostra os resultados desta parceria, desde a mais antiga, o Cofecub, com a França, ao Probral, a maior delas, com a Alemanha. No boletim, o leitor encontrará detalhes sobre as instituições, conhecerá a relação da **CAPES** com a Fulbright e o programa que traz alunos e professores do exterior para desenvolverem pesquisas nas universidades brasileiras.

A cooperação internacional tem tido um papel relevante no desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da inovação na pós-graduação. Atualmente, são 77 acordos, dos quais 37 estão com projetos ativos, com mais 1,3 mil pesquisadores participantes do Brasil e de outros países em cerca de 450 diferentes projetos de pesquisa.

topo ↕

INFONET - TEMPO REAL

Prazo de inscrições para o Prêmio Luiz de Castro Faria acaba sexta

Pesquisadores e estudantes podem inscrever seus projetos de valorização ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro no Prêmio Luiz de Castro Faria 2019. O prazo final para as inscrições foi prorrogado para o dia 16 de agosto de 2019. Podem participar brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros residentes no Brasil. Os trabalhos concorrerão a prêmios de R\$ 7 mil, R\$ 10 mil, R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. O edital com a ficha de inscrição está disponível no portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Os projetos poderão ser inscritos nas seguintes categorias:

Categoria I – Monografia de Graduação: visa a apresentação de monografia final desenvolvida no âmbito de Cursos de Graduação em Arqueologia (ou com habilitação em Arqueologia reconhecido pelo MEC) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Premiação: R\$ 10 mil.

Categoria II – Dissertação de Mestrado: visa a apresentação de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arqueologia (ou com área de concentração em Arqueologia reconhecida pela Coordenação de Pessoal de Ensino Superior/ **CAPES**) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Premiação: R\$ 15 mil.

Categoria III – Tese de Doutorado: visa a apresentação de tese de doutorado desenvolvida no âmbito de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arqueologia (ou com área de concentração em Arqueologia reconhecida pela Coordenação de Pessoal de Ensino Superior/**CAPES**) e que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.

Premiação: R\$ 20 mil.

A beca

Categoria IV – Artigo Científico: visa a apresentação de artigo científico inédito que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Nesta categoria serão contemplados dois trabalhos e poderão concorrer estudantes de Arqueologia e áreas afins, profissionais de arqueologia e áreas afins, com premiação de R\$ 7 mil para cada artigo vencedor.

Desde 2013, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA/Iphan) promove o Prêmio Luiz de Castro Faria, em reconhecimento à pesquisa acadêmica que verse sobre o patrimônio arqueológico brasileiro que, devido a sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. O resultado desta edição será divulgado em 30 de outubro de 2019.

Luiz de Castro Faria

Nascido em Niterói (RJ) em julho de 1913, o antropólogo, arqueólogo, professor, biblioteconomista e museólogo Luiz de Castro Faria foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia. Foi responsável pela formação de uma geração inteira de antropólogos brasileiros nas universidades federais do Rio de Janeiro e Fluminense – UFRJ e UFF -, universidades onde recebeu o título de Professor Emérito.

Designado pelo governo brasileiro, foi responsável por participar, guiar e fiscalizar grandes expedições etnográficas do século XX. A última foi a Expedição à Serra do Norte, chefiada por Claude Lévi-Strauss, em 1938. Luiz de Castro Faria morreu aos 91 anos, no dia 12 de agosto de 2004.

Fonte: Assessoria de Comunicação Iphan

topo 

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina

Oportunidade de melhorar a proficiência em língua espanhola, viver uma outra cultura e se envolver em projetos de pesquisa na área de conhecimentos dos seus cursos. A cada ano, estudantes brasileiros fazem as malas para a experiência de intercâmbio estudantil em países da América Latina no âmbito do Mercosul Educacional.

Para o início do atual semestre letivo, 42 estudantes brasileiros foram selecionados pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), do Ministério da Educação e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A Argentina foi o principal destino dos estudantes: 23 escolheram estudar no país. Uruguai, Bolívia, Paraguai e Colômbia foram outros lugares de destino.

Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em Campos Leopoldo (RS), Arthur Fidelix Ferrari fará intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. “Espero obter novas visões e maneiras de pensar a arquitetura pela América Latina”, disse o estudante de 22 anos.

Bruna Henriques da Silveira, 23 anos, cumprirá o intercâmbio na Universidad Nacional de San Juan, na Argentina. “Uma mobilidade onde se juntam cultura, estudo e outro idioma transforma a vida de uma pessoa”, afirmou a estudante, que cursa Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

Desde 2008, o Programa Marca já possibilitou a ida de 698 estudantes brasileiros a países latino-americanos. Em contrapartida, 745 alunos dos países vizinhos vieram estudar em universidades brasileiras. O período de cinco meses de estudo no exterior é custeado por ambos os países.

O Programa Marca objetiva melhorar a qualidade acadêmica por meio de sistemas de avaliação e acreditação de cursos. Para além do intercâmbio de estudantes, um coordenador em cada instituição fica responsável por orientar e acompanhar as atividades de estudo e pesquisa dos alunos.

topo ↕

URURAU - TEMPO REAL

Prorrogadas até dia 18 inscrições de Mestrado em Macaé

Foram prorrogadas até o próximo domingo (18/08) as inscrições online para o preenchimento de dez vagas no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (PPGEF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-campus Macaé), vinculado ao Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF). A turma iniciará o período letivo em 2020. O Mestrado destina-se a professores de Física do Ensino Médio e de Ciências do Ensino Fundamental, sem exigência de licenciatura em Física, e há possibilidade de bolsa de estudos para docentes efetivos, ou seja, permanentes e em exercício, da rede pública do ensino básico.

O mestrado, também chamado de Profis, é um programa em rede nacional de pós-graduação (strictu sensu), nível 4, presencial, e um dos polos é a UFRJ-Macaé que iniciou as atividades em 2014.

O programa é fruto de parceria da Sociedade Brasileira de Física (SBF), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e diversas universidades do país. O objetivo é capacitar uma fração significativa de professores quanto ao domínio de conteúdos de Física e de técnicas atuais de ensino-aprendizagem em sala de aula. O edital do processo seletivo, bem como o cronograma, local de provas, linhas de pesquisa e o link para as inscrições estão disponíveis no site do PPGEF

<http://www.macaueufrj.br/ppgef>.

São quase 60 polos em todo o território nacional. O PPGEF é associado ao MNPEF como polo 27 (UFRJ-Macaé) que já formou, até o momento, 15 mestres em ensino de física, com a missão de transformar para melhor a realidade do ensino em Macaé e vizinhança. Estima-se que mais de cinco mil jovens do ensino básico, nas regiões Norte (Macaé), Serrana e Lagos do Estado do Rio de Janeiro, tenham sido impactados (direta e indiretamente) pelas novas técnicas e tecnologias de ensino.

As linhas de pesquisa são em três vertentes: Física no Ensino Fundamental Área de concentração: física na Educação Básica Desenvolvimento de produtos e formas de abordagem visando conteúdos de Física adequados a estudantes do Ensino Fundamental, de forma integrada com outras disciplinas.

Além disso, Física no Ensino Médio Área de concentração: física na Educação Básica e

atualização do currículo de Física para o Ensino Médio de modo a contemplar resultados e teorias da Física Contemporânea visando uma compreensão adequada das mudanças que esses conhecimentos provocaram e irão provocar na vida dos cidadãos.

Outra abordagem será Processos de Ensino e Aprendizagem e Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física Área de concentração: formação de professores de Física em nível de mestrado desenvolvimento de produtos e processos de ensino e aprendizagem que utilizem tecnologias de informação e comunicação tais como aplicativos para computadores, mídia para tablets, plataforma para simulações e modelagem computacionais, aquisição automática de dados, celulares e redes sociais.

O processo terá duas etapas com prova escrita, no dia 15 de setembro, Exame de Proficiência de Língua Inglesa, em 28 de outubro, e prova de defesa de memorial, de 29 de outubro a primeiro de novembro, conforme a ordem das apresentações. O resultado final será divulgado em 28 de novembro, período de matrícula de 10 a 14 de fevereiro de 2020 e o início das aulas ainda será divulgado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após instabilidade nos portais, MEC prorroga prazos do Prouni e Fies MEC diz que sites sofrerem ataques hackers e pediu investigação da Polícia Federal.

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou nesta quarta-feira (14) o prazo das inscrições das etapas em andamento do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Novas datas:

Prouni: estudantes não matriculados em instituições de ensino superior podem se inscrever nas bolsas remanescentes até 19 de agosto. Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

Fies: as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das instituições podem validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera até 16 de agosto.

MEC prorroga inscrições para alunos novos do PROUNI e do FIES

A decisão ocorre após o portal do programa e do fundo sofrer ataques hackers entre 5 e 7 de agosto, segundo o ministério. Alguns estudantes poderiam se prejudicar devido à instabilidade nas páginas do site do MEC.

O Sistema Presença, que registra a frequência escolar para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade. O ministério, no entanto, decidiu não prorrogar o prazo, já que a data limite para envio das informações é 23 de agosto.

Bolsas remanescentes do Prouni

Os interessados em obter uma bolsa de estudos deverão se inscrever no site do programa (<http://www.siteprouni.mec.gov.br/>). Pode concorrer:

Quem for professor da rede pública de ensino

Quem fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, não tenha zerado na redação e tenha obtido nota superior a 450 pontos.

O Prouni foi criado em 2004 para oferecer bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRR rejeita adesão ao programa Future-se, do Ministério da Educação Decisão foi tomada pelo Conselho Universitário (Cuni) da instituição.

O Conselho Universitário (Cuni) da Universidade Federal de Roraima, órgão máximo da instituição, rejeitou, em nota divulgada nesta quarta-feira (14), o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC).

Na nota, publicada no site da UFRR, o Conselho decidiu, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de agosto, se manifestar contrário por entender, que a minuta do programa não está detalhada.

"Está clara a ausência de políticas comprometidas com as premissas que constituem a universidade pública, apresentando, inclusive, falta de alinhamento com o Plano Nacional de Educação (2014-2024)", pontua um trecho do documento.

Entre outros pontos citados pela UFRR para rejeitar o Future-se, estão o impacto a autonomia universitária, o prazo curto para a análise do tema, além dos riscos de se vincular as instituições a "uma lógica mercadológica excludente que desvincula a responsabilidade do estado".

Em julho, o reitor da UFRR, professor Jefferson Fernandes, já havia comunicado que a instituição não teria condições de aderir ao programa porque ainda é jovem, de 30 anos, que ainda depende fortemente do recurso público para funcionar. A universidade possui um orçamento anual de R\$ 235 milhões.

Future-se

O Future-se é uma iniciativa proposta pelo MEC, com o objetivo de aumentar a autonomia administrativa das universidades federais.

Como essas instituições sofrem com contingenciamentos e alegam que têm suas atividades prejudicadas com os bloqueios de orçamento, a solução apresentada pelo governo é firmar parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais.

Além disso, o Future-se também estimularia que as instituições captassem recursos próprios, que auxiliassem na sua manutenção.

O MEC reforça que não se trata de privatizar o ensino público, e sim de criar uma nova forma de financiá-lo. A cobrança de mensalidades em cursos de graduação, mestrado e doutorado está descartada, segundo o governo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitor diz que corte de verbas na UFPR pode comprometer o pagamento das contas de água e luz a partir de setembro

Corte de 30% nas universidades foi anunciado pelo governo federal em maio deste ano; UFPR disse que tem feito economias, mas que o dinheiro só é suficiente até o fim de agosto.

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca, afirmou que o corte de verba da universidade pode comprometer o pagamento das contas de água, luz e também de serviços contratados.

Segundo a universidade, desde que o corte de 30% foi anunciado pelo governo federal, em maio deste ano, a UFPR adotou medidas para tentar reajustar o orçamento.

Viagens de professores para congressos e aulas de campo, levando alunos para outros locais, por exemplo, foram reduzidas.

O problema é que mesmo com essas medidas de economia, a previsão é de que o dinheiro acabe no fim deste mês.

"Qualquer ajuste que a gente faça nesse sentido, nunca vai ser suficiente para que a universidade chegue até o fim do ano. Esses ajustes podem viabilizar que a universidade chegue até o final do mês de agosto, caso não retornem os recursos bloqueados no orçamento", declarou Fonseca.

Segundo a universidade, o corte de 30% no orçamento das instituições federais de ensino anunciado pelo Ministério da Educação representa um bloqueio de R\$ 48 milhões nas verbas da UFPR.

MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais

Atualmente, a UFPR possui 33 mil alunos matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, programas de mestrado e doutorado, além de cursos de especialização e projetos de extensão.

O Ministério da Educação informou que liberou na semana passada mais de R\$ 7 milhões para a UFPR, que representa 5% da verba prevista na Lei Orçamentária.

Contudo, a universidade disse que esse recurso já estavam previstos e que fazem parte verba bloqueada.

O MEC afirmou ainda que mantém diálogo constante com os dirigentes das universidades e que os recursos podem ser liberados dependendo de uma evolução positiva do cenário fiscal do país.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Presidente da Andifes - MEC não pode tratar universidade como repartição João Carlos Salles fala sobre estratégias para lidar com o programa Future-se; para ele, universidade pública é projeto de Estado, não de governo

Aos 57 anos, o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Carlos Salles, não tem dúvidas de que vive seu momento mais desafiador como gestor. À frente da reitoria da UFBA desde 2014, o baiano de Cachoeira assumiu em julho a presidência da Andifes – a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Em sua primeira entrevista exclusiva à frente da associação, Salles recebeu a Agência Pública em sua sala na reitoria, localizada no centro de Salvador, no dia 12 de agosto, um dia antes de se encontrar em Brasília com o ministro da educação, Abraham

Weintraub.

Durante a entrevista, o reitor explicou qual será a estratégia da Andifes diante da defasagem orçamentária dos últimos cinco anos nas federais, agora agravada com o bloqueio de 30% das verbas discricionárias, anunciada em abril pelo MEC. “É meio estranho discutir o futuro das universidades se nós não temos garantia de que em setembro as contas poderão ser pagas”, diz.

Outro assunto abordado foi o programa Future-se, que, lançado em 17 de julho pelo MEC, passa por consulta pública até amanhã e tem sido alvo de protestos e críticas. Para Salles, corre-se o risco, com o programa, de “uma renúncia do compromisso do Estado com o financiamento do ensino público superior”.

Salles diz, no entanto, que não abre mão da “postura radical do debate”. “Precisar cada um desses argumentos [do Future-se] é fundamental”, afirma. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O senhor é reitor da UFBA desde 2014, citada pelo ministro Weintraub na declaração sobre a “balbúrdia” nas universidades, que antecipou várias mudanças. Como presidente da Andifes, qual será sua estratégia para lidar com esse cenário?

A primeira questão é o enfrentamento do problema orçamentário atual, há um déficit orçamentário no conjunto do sistema. Esse déficit é até maior em investimentos, tanto que a situação implicou em um conjunto de obras paradas, mas é ainda mais significativo no dia a dia, nos recursos de custeio.

As universidades têm enfrentado a necessidade de diminuir contratos, reduzir despesas, suspender editais e assim por diante. E agora isso é mais grave em função do bloqueio de 30% de custeio. A primeira missão é reverter esse bloqueio e lutar para que o orçamento de 2020 não seja inferior ao orçamento de 2019, [porque] há sinais, não muito claros, de que isso pode ocorrer. Se já está difícil neste cenário, imagine se houver uma redução em relação ao que foi executado este ano.

Se não se garantir o que foi aprovado na LOA [Lei Orçamentária Anual] do ano passado, isso pode significar um retrocesso grande no investimento e na vida da universidade atual. Não é uma primeira missão que a gente escolha, é um projeto que foi trazido para nós, e não podemos driblar.

E a segunda missão?

Quando um sistema é atacado, é natural que divergências naturais, que existem e são saudáveis, possam ser enfrentadas de maneira equivocada, com afastamentos e divisões por conta de divergências que, em circunstâncias normais, seriam bem resolvidas. Então temos que garantir a unidade, evitar que essas divergências venham a enfraquecer a associação.

Essa é a segunda missão. O que nos une são os princípios da Andifes: a defesa da autonomia da universidade, do financiamento público do ensino superior, a defesa de que seja respeitada a indicação da comunidade que se mobiliza para escolher seus dirigentes...

O senhor foi eleito em chapa única e, se não me engano, foram apenas quatro votos em branco entre os 67 membros. Isso mostra unidade na Andifes?

Acho que essa votação expressa pelo menos uma grande hegemonia em torno desses valores. O que nos dá uma boa base para trabalhar para que essa unidade se fortaleça. Programas como o Future-se desafiam o conjunto das universidades a tomar posição. A Andifes já discutiu ao longo do tempo uma lei orgânica para as universidades. Ou seja, a ideia de que a universidade é um ente específico, e não uma repartição pública.

Temos pautas imediatas que nos foram trazidas por uma reversão no quadro orçamentário das universidades – até 2014 nós não tínhamos problemas de orçamento e, de 2014 para cá, temos enfrentado essa defasagem, e agora esse bloqueio e a discussão do orçamento de 2020, como algo incontornável.

Além disso, temos que formular propostas; não necessariamente de contraposição às apresentadas pelo governo, mas de proteção daquilo que é essencial à vida da universidade. Se isso vai levar a um enfrentamento, talvez a uma postura maior de confrontação, o cenário político vai dizer.

A carta de Vitória da Andifes, publicada logo após a sua eleição, não é uma carta de enfrentamento ao Future-se, não bate de frente com o programa.

Eu diria que a carta de Vitória, num certo sentido, é radical. Ela é radical na defesa do método da argumentação, radical na defesa de que as comunidades têm que ser ouvidas, respeitadas.

Mas seria precipitado dizer não imediatamente. Ao mesmo tempo, a carta já adianta uma série de preocupações e objeções ao modo inicial como o Future-se foi formulado. A carta de Vitória é radical no sentido de lembrar que é meio estranho discutir o futuro das universidades se nós não temos garantia de que, em setembro, as contas poderão ser pagas.

Eu queria ler um trecho da carta para que o senhor pudesse comentar: “Elementos interessantes do programa não são novos e antes reconhecem o que já se pratica virtuosamente no ambiente e no contexto da legislação de nossas universidades, alguns elementos novos não parecem interessantes”. Tem um recado aqui?

Tenho que confessar que esse trecho esconde quase um plágio de uma famosa frase dita por um professor ao arguir uma tese. Ele se virou para o aluno e disse: “As coisas interessantes não são novas e as novas, essas sim, não são interessantes”.

Brincadeira à parte, de fato o programa [Future-se] tem coisas interessantes no sentido de que recolhe experiências e exemplos que já são praticados na universidade. Parcerias público-privadas, às vezes feitas através de fundações, iniciativas que favorecem empresas juniores, iniciativas de intercâmbio internacional, nós já encontramos dentro das universidades, não é novo. Aliás, é bom lembrar que a universidade é o lugar privilegiado para qualquer estratégia de inovação. A inovação não é feita sobretudo nas empresas, a boa inovação começa na pesquisa.

E alguém que aponte inovação deve ter em conta a infraestrutura de pesquisa disponível na universidade. Podemos pensar em burocratização, que às vezes pode parecer um entrave para essa ou aquela pesquisa. Pode parecer, porque o “virtuosamente” da frase aponta para a ideia de que não vale tudo na universidade.

E na universidade pública o resultado tem que estar amparado por uma legislação que proteja o interesse público. Então o “virtuosamente” vem para salientar o fato de que fazemos, sim, inovação, fazemos pesquisa, mas num contexto de legislação que não macula a natureza pública de nossa instituição.

E o que parece novo?

O que parece novo tem trazido alguma inquietação. Destacaria duas coisas, que são mais salientes, e algumas outras que também são preocupantes. Novo, em primeiro lugar, está a exigência de um contrato de gestão com organizações sociais [Oss], e que, talvez, numa nova versão, incorpore fundação.

Essa ideia implica imaginar uma diminuição [que] não [é] do peso ou de um suposto poder do reitor, que não está joga, mas do poder de uma administração central universitária, composta por pró-reitores, superintendentes ligados às várias dimensões, com pessoas da comunidade e, sobretudo, com os nossos conselhos que devem determinar para onde vão os investimentos, que cursos devem existir.

Veja também
CLAUDIA COSTIN
BRASIL

Cláudia Costin: Risco do Future-se é MEC parar de investir na universidade
query_builder23 jul 2019 - 12h07

A ideia da gestão da universidade ser em parte transferida, e também nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, sugere uma diminuição daquilo que é próprio de uma administração pública universitária, não de uma repartição pública, o que não somos. Essa é a primeira preocupação.

A outra é o orçamento adicional suplementar, que, em tese, não redundaria numa diminuição do compromisso com a universidade. Em tese, porque é dito que não haverá retaliação para quem não vá aderir nem diminuição do financiamento público.

Mas pode haver, sim, uma renúncia do compromisso do Estado com o financiamento do ensino público superior. E não apenas para quem não aderir, mas também para quem aderir, porque a parte adicional advirá de outras fontes que não de recursos públicos. Isso é preocupante, a renúncia desse compromisso, que é um compromisso de Estado.

Pode haver divisão no ensino público superior?

Essas são duas grandes novidades que impactam o sistema. Uma diminuindo a autonomia; a outra dividindo o sistema de ensino público superior em dois tipos, com regramentos distintos.

Um que tem o limite do teto de gastos, o outro que pode fugir do limite do teto de gastos; um que será estimulado a captar, o outro que faz captação, mas que não será

estimulado a isso porque tem um teto de gastos. Isso é complicado. Aliás, as universidades já captam recursos.

O problema é que nós temos um teto para a utilização desses recursos e a demanda por tirar esse teto é antiga. Outras questões: qual foi o estudo de viabilidade desse fundo? Será que esse fundo será um bom investimento para os setores privados? Quanto tempo de maturação terá esse fundo a tal ponto que possa, sim, significar o orçamento adicional que venha a garantir o funcionamento regular das universidades? Cadê o estudo? O desafio é grande, então nós queremos uma solução robusta.

Essa interlocução com o MEC existe? A Andifes conversou com o ministério antes do Future-se? Houve uma apresentação prévia disso para vocês?

Existem regras de colaboração. Quando você é chamado a colaborar com uma proposta, a escrever um texto, as suas ideias são utilizadas e você sabe que suas ideias estão sendo utilizadas. Você só autoriza seu nome para assinar um texto se você lê o texto e concorda com ele.

Então ficamos surpresos quando dito que os reitores tinham ciência. Não temos informação de nenhum reitor que tenha colaborado sabendo que estava colaborando com essa proposta. Foi registrado pelo secretário que os reitores estavam colaborando sem saber, mas nenhum autor que nos consta colaborou diretamente na formulação da proposta.

Esse movimento inicial dos bloqueios orçamentários veio como associado à “balbúrdia” e direcionado a três federais, entre elas a UFBA. Por que essas três? Foi uma afronta à instituição ou é uma afronta aos reitores?

Exatamente essa estranheza. Até por isso, uma afronta à verdade. Por mais que eu ache que a UFBA, por exemplo, tem uma especial vitalidade, uma história de grande movimentação, o que nós fazemos é reconhecido no conjunto das universidades brasileiras.

Temos um movimento estudantil forte, um movimento docente forte, um movimento dos técnicos forte, que sempre importaram para a defesa e o avanço da universidade, pautando questões, corrigindo rotas e trazendo novidades que são incorporadas ou não à vida universitária.

Talvez em algum momento essas universidades tenham tido atividades mais dessa e daquela direção, contrariando uma leitura enviesada e pouco receptiva à vida universitária. Não vejo uma afronta ao reitor, mas um desconhecimento do que é a vida universitária.

O senhor colocaria numa perspectiva de um ataque ideológico ou não?

A universidade não tem ideologia. Ela é um patrimônio da humanidade, um valor universal. Não é um projeto de governo, é um projeto de Estado, que comporta algumas dimensões próprias. Por exemplo, liberdade de cátedra, liberdade de crítica, [que é] um modo de exercitar o conhecimento, um lugar de confrontação de gerações.

Isso é um modelo em que os jovens aprendem também o exercício da democracia, de formas diversas de democracia – desde democracia direta, dos diretórios acadêmicos, até a democracia representativa dos conselhos superiores.

Ou seja, a universidade é um modelo que tem uma autonomia e uma vida própria que incomoda a quem não é simpático a essa dimensão que foge ao controle. Fugir ao controle é da vida universitária. E esse controle não é de nenhum partido, não se subordina nem a governos, nem a partidos, nem a sindicatos.

O Future-se é uma forma de amarrar a universidade pública ao desejo do governo?

Veja, não renuncio à postura radical no debate. Afirmar a necessidade de debater, de precisar cada um desses argumentos, é fundamental. Mas, se eu for antecipar um juízo, me parece que houve uma escolha. O Future-se parece preferir um tipo de universidade ou olhar unilateralmente para a universidade.

Lembre-se de que é um programa de universidades inovadoras e empreendedoras, não é um programa para universidades. Ele qualifica que tipo de universidade se sentiria mais à vontade com esse programa: a que tem uma relação preferencial com o mercado, com pesquisas mais aplicadas, com a possibilidade de criar novas patentes e assim por diante.

Evidentemente, esse desenho não favorece esse outro lado da universidade, que preserva a memória, a tradição, que protege saberes. Um exemplo: na UFBA nós não temos apenas professores de inglês, temos excelentes professores de latim, e isso é um luxo importante: faz com que a nossa universidade esteja em sintonia com grandes departamentos da Europa e dos EUA exatamente pela possibilidade de cultivar saberes que não têm aplicação imediata nem retorno imediato no mercado.

Então diria o seguinte: não se trata de uma preferência política, vamos descartar a visão política do governo, do ministro, do secretário, de quem quer que seja...

É possível fazer isso?

É possível, sabe por quê? Porque acho que é menos [questão de] ser mais inclinado nessa ou naquela direção política, há um comprometimento da natureza, da essência da universidade. Ela pode se amesquinhar como um projeto mais amplo, mais generoso, mais pleno. A UFBA é uma universidade onde você tem excelência em todas as áreas do saber.

Ela não favorece somente aquelas áreas que têm uma capacidade de captação, mas também não inibe essas áreas. Aqui você tem lugar para as artes, saúde, para as exatas, até para a filosofia. Então, mais do que apenas imediata filiação partidária que eventualmente o governo tenha, o risco que nós corremos – se houver risco, temos que discutir, que verificar cada uma das implicações – é o de comprometer um projeto da sociedade, que cultiva vínculos de memória e de futuro, ou seja, de inovação.

Cultiva questões tradicionais e questões que são ultramodernas, questões globais da nossa comunidade científica internacional e questões locais que têm a ver, no caso da UFBA, com estarmos na Bahia, da UFMG, com estar em Minas, da UnB, com estar no

Distrito Federal. Uma cor local sempre dá uma textura especial para o saber produzido, trazendo temas, questões, pautas de pesquisa específica.

Logo que assumiu a presidência da Andifes, o senhor disse que algumas questões são inegociáveis na universidade pública. O que é inegociável a partir do que vocês já sabem sobre o Future-se?

Estamos debatendo esse projeto, mas segundo certos critérios. O que um gestor, quando avalia um projeto, um sistema de ensino superior, deve pensar? O que ele deve proteger?

Deve proteger, por exemplo, a unidade do sistema. Então me parece que é indesejável você ter um sistema de ensino superior federal com dois regimentos distintos. Temos que evitar uma divisão de critérios, por exemplo, em relação a planos de carreira. Vamos ter um lugar com trabalhadores com vínculos de carreira, outros celetistas, simplesmente. Um será mais determinado pelo mercado e outro, por uma maneira mais sólida e científica de avaliação.

A unidade é algo a se preservar, a comensurabilidade do sistema é algo a se proteger. Um sistema de ensino superior deve tentar garantir que, na longa duração, cada unidade universitária tenha um trabalho que seja comensurável ao de qualquer outra. Seria indesejável ter universidades condenadas a não ter pós-graduação, por exemplo.

Veja também

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

BRASIL

Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro

query_builder9 ago 2019 - 13h08

Pesquisa científica

BRASIL

Sem verba, CNPq suspende edital para novas bolsas de pesquisa

query_builder25 jul 2019 - 08h07

É preciso garantir a integridade do sistema, que não é determinado de fora, mas pela maturidade de escolher seu destino, de exercer a escolha da aprovação de cursos, as políticas que vai implementar, [o que é] garantido no artigo 207 da Constituição.

A integridade significa que o interesse do indivíduo e do grupo deve ser protegido, mas não se pode comprometer o interesse do coletivo. E, se você fragmentar a universidade em várias unidades gestoras, com capacidade de captação, que receberiam recursos isoladamente e sem se submeter a nenhum crivo coletivo, você compromete. Isso me parece inegociável.

O ministro, em uma entrevista, afirmou que defende a autonomia, mas que ela não é soberana. Qual o limite da autonomia universitária?

Isso é um truísmo. Evidentemente, autonomia não é soberania. Quem tem soberania é o povo, expressa na Constituição, não é a prerrogativa de uma universidade. A universidade tem a autonomia no contexto de uma legislação estabelecida por quem é soberano, portanto, aquilo que é dado na Constituição.

Para mim, assim como o ministério não é soberano, a universidade não é soberana. Nós temos limites, marcos legais em que estabelecemos nossas ações.

Mas somos autônomos, temos a prerrogativa dada pela sociedade de decidir o que pesquisar, o que ensinar, como ensinar e, de preferência, de cumprir também metas pactuadas nacionalmente. Por exemplo, a meta que leva a supor que ainda é necessário – e é necessário – aumentar o número de vagas para o país. Vagas públicas, em especial.

O ministro disse ainda que as universidades federais brasileiras têm “uma taxa de insucesso na formação do aluno muito grande”. Ele se refere à evasão, sobretudo.

A evasão nas escolas privadas é maior do que nas universidades públicas. Esse é um problema sério que não pode ser ideologizado, tem de ser enfrentado. Não se pode utilizar contra as universidades aquilo que é resultado de uma virtude de crescimento. Temos que corrigir, sim, o processo de evasão, de retenção também.

Por que acaba comprometendo o acesso de mais pessoas à universidade e, é claro, a uma formação mais adequada. Mas essas são questões que são pensadas dentro da universidade. De maneira profissional: nas faculdades de Educação, nas unidades de avaliação interna.

O ministro também disse que é outra “mentira que nós estamos no topo na geração de conhecimento científico”.

As universidades públicas, incluindo as federais, são responsáveis pela quase totalidade da produção científica. Algumas questões podem ser colocadas acerca do que é relevante ou não, e isso precisa, mais uma vez, da radicalidade da discussão. Quais são os indicadores utilizados? Não podemos utilizar indicadores de exatas e aplicar em humanas, nem utilizar indicadores que são aferidos em temas mundiais para temas locais, que vão interessar a pequenas comunidades.

O que não significa que a pesquisa não seja relevante. Só para lembrar, há uma área fundamental, hoje, de doenças negligenciadas, que são as que atingem pequenas populações. Evidente que não têm o mesmo status que o câncer, aids, que atingem populações mundiais de maneira muito significativa, mas isso não torna essas pesquisas irrelevantes.

Se nós queremos falar com seriedade sobre o que é qualidade da produção, temos que refinar nossos índices. As universidades estão dispostas, sim, a discutir esses indicadores. E a discutir providências para evitar evasão.

“R\$ 450 mil é muito dinheiro” para um diploma na federal, disse o ministro. Até que ponto o custo deve ser levado em conta?

Acho que é responsável levar o custo em conta, embora essa palavra [gere] a ideia de que se está gastando algo e não investindo no futuro. Investimento no aluno seria uma maneira mais generosa de pensar. E ao pensar [em custo] temos que saber o que estamos levando em conta.

Por exemplo, estamos dividindo o orçamento global da universidade por aluno. Mas

estamos levando em conta os aposentados, que equivalem geralmente a 30%, 35% da folha de pagamento? Ao colocarmos a evasão embutida no custo, será que estamos considerando isso quando vemos os dados dos países de fora?

Será que evasão só existe no Brasil? Sim, acho importante discutir esses valores, porque é responsabilidade com o dinheiro público, mas temos que fazer essa conta muito precisa para não chegar a ilações que não vão ajudar a elaboração de uma política pública.

Na quinta-feira, dia 15/8, termina o prazo de consulta pública para o Future-se.

O formulário do MEC deve estar tendo resultados os mais diversos, que chegam em documentos, em textos, em vídeos, refletindo sobre o Future-se. Certamente o MEC vai fazer disso aquilo que acha mais adequado para uma proposta no espírito que ele considera adequado para as universidades.

Uma vez apresentado esse projeto, cabe, sim, instar as universidades a se posicionarem, porque um outro palco de debate acerca desse projeto será o Parlamento. E esse é um palco importante onde os interesses da universidade poderão ser confrontados.

A Andifes está preparada para esse embate no Congresso?

Vamos nos colocar à disposição. E certamente dialogar com a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, com a Comissão de Educação. Quero registrar que a Andifes esteve numa reunião da Comissão de Educação com o presidente da comissão, e ele se comprometeu a que o debate sobre o programa passará pela Comissão de Educação.

O senhor está no momento mais desafiador de sua vida como gestor?

Como gestor, sem dúvida. É uma honra estar à frente da Andifes num momento difícil como este. Quero contribuir para que as universidades consigam superar esse momento de cerceamento orçamentário, que é muito grave.

O governo não está apostando na educação como uma saída, quando sabemos que a educação é a única aposta segura em momentos de dificuldade. Também pretendo fazer com que as universidades aprofundem o debate e se mobilizem.

Eu considero que o único dano irreparável que pode ser causado nas universidades virá das próprias universidades. As universidades não podem permitir que seja comprometida sua natureza, seus valores. Não podem deixar de ser o lugar do conhecimento, da luta contra a ignorância. Não podem ser o lugar do obscurantismo.

AGROLINK - TEMPO REAL

UNB cria biofertilizante que aumenta produtividade

Substância enriquece alimentos e diminui necessidade de agrotóxicos

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio.

“É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por

exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o transporte via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação.

O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB.

Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo 

BRASÍLIA AQUI - NOTÍCIAS

Fundação de pesquisa do DF faz parceria com UnB e AEB para lançamento de nanossatélite

Nesta terça (13/8), a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) assinou um memorando de entendimento com a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Universidade de Brasília (UnB) para estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento do Projeto Alfa Crux. A cooperação vai possibilitar, em áreas civis e de defesa, a aplicação do Sistema Alfa Crux para garantir a soberania nacional e o desenvolvimento técnico-científico e acadêmico com a geração de conhecimento nos mais diversos campos de aplicação de nanossatélites.

Coordenado pelo professor-doutor Renato Alves Borges, o Sistema Alfa Crux será a primeira missão espacial financiada pelo governo do Distrito Federal (GDF). O projeto propõe um sistema de comunicação com desdobramentos práticos e de pesquisa para as sociedades civil e militar, com geração de informação, ampliação da conectividade e desenvolvimento da chamada “internet das coisas”, entre outros avanços.

O presidente da FAPDF, Alexandre Santos, destacou o potencial do projeto para a solução de grandes demandas no DF e no Brasil, bem como para reacender nos jovens e estudantes o interesse pela ciência. “Para a FAP é um dos projetos que melhor simboliza

o que acreditamos que podemos fazer cumprir a responsabilidade que o governador Ibaneis Rocha nos passou de vocacionar os projetos fomentados para solucionar os grandes desafios do DF. Queremos também tocar jovens e crianças para que tenham um olhar mais interessado para a ciência e vamos conectar esse e outros projetos com uma série de ações que vamos fazer na educação básica. Nosso planejamento estratégico coloca uma meta ousada em relação ao nosso desempenho no ensino de ciências e matemática no Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes] e nós queremos, com iniciativas como essa, colocar Brasília como laboratório de experimentação das ações que o governo federal vem fazendo e temos uma ótima capacidade instalada pra isso”, afirmou Alexandre.

Já a reitora da UnB, Márcia Abrahão, classificou o projeto como uma importante oportunidade para promover a internacionalização da educação e da ciência nacionais e para o aprimoramento do ensino a distância no Brasil. “A UnB é a principal cliente da FAPDF, a principal universidade do Centro-Oeste e uma das mais importantes do Brasil. Fico muito feliz por essa ação na área aeroespacial, um curso que lutamos muito pra construir, e ressalto o potencial de internacionalização do projeto, que estuda técnicas de ponta mundialmente discutidas. Fico feliz também pela comunicação para a educação a distância e tenho certeza de que o projeto contribuirá muito nessa perspectiva também”, afirmou a acadêmica.

Já o presidente da AEB, Carlos Moura, assinalou que o Brasil tem grande potencial para desenvolvimento na área aeroespacial, dependendo de bons projetos para alavancar esse crescimento. “Desde os anos 80 vejo como outros países quando visitavam nossas instalações ficavam admirados com a nossa infraestrutura e de lá pra cá muita coisa melhorou, como a quantidade de cursos que nós temos na área, laboratórios, então temos um potencial grande para fazer muito mais. O espaço é um instrumento, um ferramental, e ele se vale de toda essa transversalidade para levar serviços à população. Se nós olharmos os países continentais, nós ainda estamos aquém em programas espaciais e é uma questão de aplicação. Então, temos aqui uma oportunidade muito grande, as demandas existem e o novo espaço é como se fosse um cavalo selado que passa pelo Brasil e faz com que nós, com menos recursos, consigamos fazer muita coisa. O poder de um satélite como esse, hoje, é maravilhoso. A AEB se congratula com essa iniciativa, especialmente diante da crise que vivemos, e precisamos identificar bons projetos para fazer muito mais. Aqui tem espaço e estamos juntos!”, declarou o dirigente.

Por sua vez, o diretor da Faculdade de Tecnologia da UnB, Márcio Muniz, disse também enxergar oportunidades valiosas no Projeto Alfa Crux. “Sair de grandes crises por meio de grandes pactos pela educação é do que precisamos. Esse projeto é ousado, evidencia a capacidade da UnB para desenvolver pesquisas de altíssimo nível e é apenas um de muitos que temos com o governo. Esse tipo de projeto beneficia toda a universidade e a sociedade”, ratificou.

O projeto

A pesquisa e o desenvolvimento envolvendo arquiteturas típicas de satélites e cargas úteis (massa, volume, potência, campo de visão, estabilidade de atitude e altitude, resolução temporal/espacial alcançável, resultado das limitações da taxa de dados, dentre outros) proporcionará soluções inovadoras no que se refere ao uso e aplicações de tecnologia de nanossatélites. Trata-se de um projeto de pesquisa e inovação com

tarefas de alto nível como gerenciamento, planejamento, análise de riscos e todas as demais fases do ciclo de vida de um projeto de tecnologia espacial.

O desenvolvimento e a operacionalização de sistemas de comunicações de dados e voz confiáveis em áreas remotas, ou de difícil acesso, ainda representam um desafio no mundo moderno que afeta não somente a sociedade civil, como a defesa do país. Na área civil, pode-se dizer que há uma década não havia aplicativos online para melhorar a agricultura e sua precisão, para comunicação direta entre dispositivos (do inglês Machine to Machine – M2M), ou mesmo interação e troca de dados de forma a elevar a conectividade da internet a um patamar mais abrangente, o da Internet das Coisas (do inglês, Internet of Things – IoT).

No campo da defesa, regiões remotas com baixa infraestrutura não possuem capacidade de comunicação vital além da linha de visada, que une dois pontos sem interceptar obstáculo, para atender a usuários táticos terrestres. Ao operar em grandes distâncias, em terrenos acidentados ou em ambiente de selva, os usuários táticos não podem manter a linha de visada do rádio. Isso cria lacunas na consciência situacional, aumentando a possibilidade de que ameaças ou atividades criminosas passem despercebidas e não sejam monitoradas ou reportadas.

“O que se espera com essa missão é contribuir para o aumento da conectividade em escala global. Ela é a base para viabilizar conexões entre dispositivos, a internet das coisas no sentido mais amplo. Estamos olhando para aspectos como racionalização e planejamento tático de recursos, regiões remotas, aplicativos para viabilizar agricultura de precisão e outras aplicações diversas, tudo isso ainda carece de conectividade em larga escala para melhorar a qualidade de vida no mundo. Para essas e outras questões, enxergamos soluções como provimento de cobertura em áreas de interesse estratégico, prover enlaces de comunicação na Região Amazônica e em zonas de desastres. A proposta do Sistema Alfa Crux é uma constelação de satélites alinhados com o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e a FAPDF está comprometida com a gente nessa trajetória, para que consigamos colocar em órbita o primeiro satélite”, destacou professor-doutor Renato Alves.

Resultados e metas

O projeto já rendeu bons resultados desde sua idealização inicial. No período de 2013 a 2019 foram nove artigos publicados em revistas e 32 apresentados em conferências, além de um depósito de patente e um registro de software.

Como próximos passos, o coordenador do projeto prevê um cronograma audacioso. A ideia é que o primeiro lançamento aconteça já em 2020. Para 2021 estão previstos comissionamento, testes em órbita e desenvolvimento SDR e de hardware. E a previsão é realizar o segundo lançamento já em 2022.

Além de FAPDF, UnB e AEB, o Alfa Crux conta com outras parcerias e cooperações nacionais e internacionais, entre as quais: Força Aérea Brasileira (FAB), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Laboratório Nacional de Clima Espacial (Lance), Organização das Nações Unidas (ONU), Montana University, The University of Nottingham e German Aerospace Center.

Confira o vídeo produzido pelo Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (iEEE) sobre o projeto: <https://transmitter.ieee.org/natural-capital-2019/?sid=1&ssid=2#section12>.

Registro de presenças

A solenidade de assinatura do memorando de entendimento contou com a presença do diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da AEB, Paulo Barros; do vice-presidente da Comissão de Implantação de Sistemas Espaciais da Força Aérea Brasileira (FAB), brigadeiro do ar José Wagner Vital; do diretor-técnico de Graduação da UnB, Wilson Teodoro; do diretor do Instituto de Ciências Exatas da UnB, Gladston Silva; do oficial da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais da FAB, Anderson Tavares Bruscato; do presidente da Comissão Aeroespacial da UnB, Victor Rafael Rezende Celestino; do chefe do Departamento de Ciências da Computação da UnB, Li Weigang; e do professor de Engenharia Aeroespacial da UnB-Gama, Olexiy Shynkarenko, além de estudantes da equipe do coordenador do projeto.

* Com informações da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

topo ↕

BRASIL NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Fundação de pesquisa do DF faz parceria com UnB e AEB para lançamento de nanossatélite

Nesta terça (13/8), a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) assinou um memorando de entendimento com a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Universidade de Brasília (UnB) para estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento do Projeto Alfa Crux. A cooperação vai possibilitar, em áreas civis e de defesa, a aplicação do Sistema Alfa Crux para garantir a soberania nacional e o desenvolvimento técnico-científico e acadêmico com a geração de conhecimento nos mais diversos campos de aplicação de nanossatélites.

Coordenado pelo professor-doutor Renato Alves Borges, o Sistema Alfa Crux será a primeira missão espacial financiada pelo governo do Distrito Federal (GDF). O projeto propõe um sistema de comunicação com desdobramentos práticos e de pesquisa para as sociedades civil e militar, com geração de informação, ampliação da conectividade e desenvolvimento da chamada “internet das coisas”, entre outros avanços.

O presidente da FAPDF, Alexandre Santos, destacou o potencial do projeto para a solução de grandes demandas no DF e no Brasil, bem como para reacender nos jovens e estudantes o interesse pela ciência. “Para a FAP é um dos projetos que melhor simboliza o que acreditamos que podemos fazer cumprir a responsabilidade que o governador Ibaneis Rocha nos passou de vocacionar os projetos fomentados para solucionar os grandes desafios do DF. Queremos também tocar jovens e crianças para que tenham um olhar mais interessado para a ciência e vamos conectar esse e outros projetos com uma série de ações que vamos fazer na educação básica. Nosso planejamento estratégico coloca uma meta ousada em relação ao nosso desempenho no ensino de ciências e matemática no Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes] e nós queremos, com iniciativas como essa, colocar Brasília como laboratório de experimentação das ações que o governo federal vem fazendo e temos uma ótima capacidade instalada pra isso”, afirmou Alexandre.

Já a reitora da UnB, Márcia Abrahão, classificou o projeto como uma importante oportunidade para promover a internacionalização da educação e da ciência nacionais e para o aprimoramento do ensino a distância no Brasil. “A UnB é a principal cliente da FAPDF, a principal universidade do Centro-Oeste e uma das mais importantes do Brasil. Fico muito feliz por essa ação na área aeroespacial, um curso que lutamos muito pra construir, e resalto o potencial de internacionalização do projeto, que estuda técnicas de ponta mundialmente discutidas. Fico feliz também pela comunicação para a educação a distância e tenho certeza de que o projeto contribuirá muito nessa perspectiva também”, afirmou a acadêmica.

Apresentação do Projeto Alfa Crux | Foto: Ascom / FAPDF

Já o presidente da AEB, Carlos Moura, assinalou que o Brasil tem grande potencial para desenvolvimento na área aeroespacial, dependendo de bons projetos para alavancar esse crescimento. “Desde os anos 80 vejo como outros países quando visitavam nossas instalações ficavam admirados com a nossa infraestrutura e de lá pra cá muita coisa melhorou, como a quantidade de cursos que nós temos na área, laboratórios, então temos um potencial grande para fazer muito mais. O espaço é um instrumento, um ferramental, e ele se vale de toda essa transversalidade para levar serviços à população. Se nós olharmos os países continentais, nós ainda estamos aquém em programas espaciais e é uma questão de aplicação. Então, temos aqui uma oportunidade muito grande, as demandas existem e o novo espaço é como se fosse um cavalo selado que passa pelo Brasil e faz com que nós, com menos recursos, consigamos fazer muita coisa. O poder de um satélite como esse, hoje, é maravilhoso. A AEB se congratula com essa iniciativa, especialmente diante da crise que vivemos, e precisamos identificar bons projetos para fazer muito mais. Aqui tem espaço e estamos juntos!”, declarou o dirigente.

Por sua vez, o diretor da Faculdade de Tecnologia da UnB, Márcio Muniz, disse também enxergar oportunidades valiosas no Projeto Alfa Crux. “Sair de grandes crises por meio de grandes pactos pela educação é do que precisamos. Esse projeto é ousado, evidencia a capacidade da UnB para desenvolver pesquisas de altíssimo nível e é apenas um de muitos que temos com o governo. Esse tipo de projeto beneficia toda a universidade e a sociedade”, ratificou.

O projeto

A pesquisa e o desenvolvimento envolvendo arquiteturas típicas de satélites e cargas úteis (massa, volume, potência, campo de visão, estabilidade de atitude e altitude, resolução temporal/espacial alcançável, resultado das limitações da taxa de dados, dentre outros) proporcionará soluções inovadoras no que se refere ao uso e aplicações de tecnologia de nanosatélites. Trata-se de um projeto de pesquisa e inovação com tarefas de alto nível como gerenciamento, planejamento, análise de riscos e todas as demais fases do ciclo de vida de um projeto de tecnologia espacial.

O desenvolvimento e a operacionalização de sistemas de comunicações de dados e voz confiáveis em áreas remotas, ou de difícil acesso, ainda representam um desafio no mundo moderno que afeta não somente a sociedade civil, como a defesa do país. Na área civil, pode-se dizer que há uma década não havia aplicativos online para melhorar a agricultura e sua precisão, para comunicação direta entre dispositivos (do inglês

Machine to Machine – M2M), ou mesmo interação e troca de dados de forma a elevar a conectividade da internet a um patamar mais abrangente, o da Internet das Coisas (do inglês, Internet of Things – IoT).

No campo da defesa, regiões remotas com baixa infraestrutura não possuem capacidade de comunicação vital além da linha de visada, que une dois pontos sem interceptar obstáculo, para atender a usuários táticos terrestres. Ao operar em grandes distâncias, em terrenos acidentados ou em ambiente de selva, os usuários táticos não podem manter a linha de visada do rádio. Isso cria lacunas na consciência situacional, aumentando a possibilidade de que ameaças ou atividades criminosas passem despercebidas e não sejam monitoradas ou reportadas.

“O que se espera com essa missão é contribuir para o aumento da conectividade em escala global. Ela é a base para viabilizar conexões entre dispositivos, a internet das coisas no sentido mais amplo. Estamos olhando para aspectos como racionalização e planejamento tático de recursos, regiões remotas, aplicativos para viabilizar agricultura de precisão e outras aplicações diversas, tudo isso ainda carece de conectividade em larga escala para melhorar a qualidade de vida no mundo. Para essas e outras questões, enxergamos soluções como provimento de cobertura em áreas de interesse estratégico, prover enlaces de comunicação na Região Amazônica e em zonas de desastres. A proposta do Sistema Alfa Crux é uma constelação de satélites alinhados com o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e a FAPDF está comprometida com a gente nessa trajetória, para que consigamos colocar em órbita o primeiro satélite”, destacou professor-doutor Renato Alves.

Resultados e metas

O projeto já rendeu bons resultados desde sua idealização inicial. No período de 2013 a 2019 foram nove artigos publicados em revistas e 32 apresentados em conferências, além de um depósito de patente e um registro de software.

Como próximos passos, o coordenador do projeto prevê um cronograma audacioso. A ideia é que o primeiro lançamento aconteça já em 2020. Para 2021 estão previstos comissionamento, testes em órbita e desenvolvimento SDR e de hardware. E a previsão é realizar o segundo lançamento já em 2022.

Além de FAPDF, UnB e AEB, o Alfa Crux conta com outras parcerias e cooperações nacionais e internacionais, entre as quais: Força Aérea Brasileira (FAB), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Laboratório Nacional de Clima Espacial (Lance), Organização das Nações Unidas (ONU), Montana University, The University of Nottingham e German Aerospace Center.

Confira o vídeo produzido pelo Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (iEEE) sobre o projeto: <https://transmitter.ieee.org/natural-capital-2019/?sid=1&ssid=2#section12>.

Registro de presenças

A solenidade de assinatura do memorando de entendimento contou com a presença do diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da AEB, Paulo Barros; do vice-

presidente da Comissão de Implantação de Sistemas Espaciais da Força Aérea Brasileira (FAB), brigadeiro do ar José Wagner Vital; do diretor-técnico de Graduação da UnB, Wilson Teodoro; do diretor do Instituto de Ciências Exatas da UnB, Gladston Silva; do oficial da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais da FAB, Anderson Tavares Bruscato; do presidente da Comissão Aeroespacial da UnB, Victor Rafael Rezende Celestino; do chefe do Departamento de Ciências da Computação da UnB, Li Weigang; e do professor de Engenharia Aeroespacial da UnB-Gama, Olexiy Shynkarenko, além de estudantes da equipe do coordenador do projeto.

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Cientistas debatem avanço das pesquisas na área de oncologia Organizado pela Unifesp, simpósio reunirá grandes especialistas da oncologia para tratar sobre as novas abordagens para diagnósticos e terapia da doença, além dos avanços para o tratamento

Entre os dias 15 e 17 de agosto de 2019, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) realiza o II Simpósio de Oncologia - Avanços na Pesquisa do Câncer. O evento reunirá cientistas brasileiros e estrangeiros que abordarão como os recentes desenvolvimentos das pesquisas na área da oncologia se traduzem em aplicações clínicas e opções terapêuticas que salvam vidas e garantem mais qualidade aos pacientes com câncer.

Entre os temas de destaque do simpósio estão os avanços em oncologia por análise de Big Data. Os especialistas falarão sobre as complexas variações em genomas normais e de câncer, além de explorar o estudo sobre a análise de dados coletados por meio de Inteligência Artificial aplicados à saúde humana.

A programação também inclui debates sobre a busca de biomarcadores tanto para a prevenção quanto para o tratamento do câncer, além de temas como as novas abordagens para diagnóstico e prognóstico em oncologia, bem como para práticas terapêuticas; avanços e perspectivas do diagnóstico e tratamento do câncer; biologia celular tumoral; epidemiologia do câncer; e assistência a pacientes com a doença.

O simpósio faz parte das atividades do Programa **Capex-Print**, que visa à construção, implementação e consolidação de planos estratégicos para a internacionalização das instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil.

Na Unifesp, o programa foi estruturado em áreas estratégicas de pesquisa, incluindo a oncologia, e estimulou a formação de redes internacionais de pesquisa com o objetivo de melhorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação.

A programação completa do simpósio, inscrições e outras informações podem ser obtidas aqui.

Serviço:

II Simpósio de Oncologia Unifesp – Avanços na Pesquisa do Câncer
15 a 17 de agosto, a partir das 8h

Local: Teatro Marcos Lindenberg (Rua Botucatu, 862 - 2º andar, Vila Clementino, São Paulo/SP).

Mais informações para a imprensa:

Denis Dana - (11) 3266-6088 ramal 208
Ex-Libris Comunicação Integrada

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Pesquisadores articulam início de estudos sobre efeitos de agroquímicos no Pantanal

Acontece essa semana na UFMS o primeiro encontro para articulação de uma network de pesquisa envolvendo diferentes instituições, entre elas a UFMS, a Universidade de Nottingham (Reino Unido), UFGD, Embrapa Pantanal, WWF e Fundação Neotrópica. A proposta é entender as rotas de contaminantes na Bacia do Alto Paraguai e apresentar, futuramente, propostas que aliem a preservação, diante do uso crescente de agroquímicos, com a produção de alimentos.

O projeto inicia-se com financiamento da Universidade de Nottingham (Beacon Future Foods), da Fundect e do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Os pesquisadores reuniram-se ontem (12) e hoje (13) no Instituto de Biociências (Inbio). Os professores da Universidade de Nottingham, Lisa Yon e Matthew Johnson, irão a campo nos próximos dias para conhecer potenciais locais de estudo em Bonito, Bodoquena, Miranda e Corumbá.

“Provavelmente precisamos ter muita clareza da dimensão social e ecológica do problema para avançarmos”, explica o professor Fábio Roque, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação. Pela UFMS, participam ainda do projeto os professores Alexandra Penedo de Pinho, Fernando Paiva, Francisco Valente Neto e Carlos Eurico.

Os problemas são similares aos estudados pelos pesquisadores da Universidade de Nottingham em outros países. “Estamos investigando particularmente na África do Sul e no Reino Unido. Estamos olhando para essa questão dos contaminantes e seus impactos em todos os diferentes aspectos da vida selvagem e da biodiversidade, problemas de conservação, saúde humana e animal. O Brasil é uma área maravilhosa para conservação e biodiversidade e essa parece ser uma questão muito importante para explorar”, expõe a professora Lisa Yon.

A Universidade Nottingham financia os trabalhos este ano. “Esperamos ser contemplados com mais recursos para investigar esse tema mais detalhadamente nos próximos anos. Provavelmente, não é uma questão pequena, não será uma simples resposta e deverá levar alguns anos para investigar devidamente. Então, agora é só o começo do que esperamos ser uma longa colaboração”, afirmou a pesquisadora.

Além de entender melhor a questão e as preocupações relativas à saúde dos animais, dos humanos e do ecossistema, os pesquisadores querem trabalhar com as pessoas que vivem nessas comunidades, cujos meios de subsistência dependem do sistema das atividades agrícolas. “Esperamos trabalhar juntos e achar algumas soluções que irão lhes permitir continuar suas atividades, mas declinando os impactos no meio ambiente”, afirma Lisa.

Para o pesquisador da Embrapa Pantanal, Carlos Roberto Padovani, o tema é sensível, diante da polêmica sobre o uso dos agrotóxicos, mas muito importante. “Ao mesmo tempo que você tem a necessidade do uso de agroquímicos, em função da produção agrícola, podemos vir a ter os problemas de contaminação ambiental e até dos humanos. Primeiro, vamos fazer um apanhado geral do que existe, do potencial de risco ou não, sempre com a participação dos interessados (stakeholders), pessoas da região que necessariamente tem de lidar com essa situação, órgãos do estado, secretarias de meio ambiente e produtores. A ideia é fazer projeto aberto, transparente, para que possamos trazer informações, discutir os problemas e tentar resolver conjuntamente”, explica.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Protesto no Rio pela Educação tem Future-se como alvo

Programa lançado em julho pelo MEC para facilitar o financiamento privado às instituições federais de ensino foi tratado como ameaça às universidades públicas

RIO E SÃO PAULO — Dezenas de cidades pelo País registram protestos nesta terça-feira contra os cortes impostos pelo governo Bolsonaro na área da Educação, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Além da entidade, o "3º Grande Ato em Defesa da Educação" foi convocado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e sindicatos ligados a professores.

Segundo o site G1, até às 19h foram registrados protestos em 85 cidades, em todos os estados e no DF. Já a UNE, uma das organizadoras, diz que 200 cidades tiveram manifestações.

Milhares de pessoas se reuniram no centro do Rio e de São Paulo no fim de tarde desta terça-feira (13) para protestar contra a política educacional do governo federal.

No Rio, estudantes, professores, sindicalistas e políticos de esquerda se concentraram na Candelária, no centro, para o ato, que também se repetiu em outras cidades brasileiras. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub , foram os principais alvos das críticas.

Os manifestantes também se opunham fortemente ao Future-se , programa lançado em julho pelo Ministério da Educação (MEC) para facilitar o financiamento privado às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Revezando-se ao microfone, representantes das entidades que organizaram o protesto apontavam que o projeto pretende privatizar o ensino superior no país.

— Na prática, com o Future-se, o governo federal quer se excluir das responsabilidades que ele tem com o ensino superior — queixou-se Tainá de Paula, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro.

Batizado pela União Nacional do Estudantes (UNE) de “tsunami da educação” o ato seguiu pelas duas faixas da avenida Rio Branco e seguiu sob chuva até a sede da Petrobras, na Almirante Barroso. Os cartazes e faixas reivindicavam verba e investimentos para a educação. Com palavras de ordem, os manifestantes também criticaram a reforma da Previdência e as privatizações. Procuradas, tanto a Polícia Militar, quanto a organização do protesto não estimaram o número de presentes.

Com uma placa com os dizeres “+ Paulo Freire - Fake News”, o professor Alex Frechette defendeu o educador brasileiro, recentemente criticado por Weintraub.

— Querem que Paulo Freire deixe de ser o patrono da educação brasileira, e isso me toca muito — disse. — Só a educação pode combater as fake news.
Em São Paulo, ato fecha a avenida Paulista

Na capital paulista, os manifestantes se reuniram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) e, no fim da tarde, chegaram a fechar os dois sentidos da avenida Paulista. Às 18h, o bloqueio começava na avenida Brigadeiro Luis Antônio.

A aglomeração de estudantes, professores e sindicalistas ocupa as quadras do Masp até a Praça do Ciclista e deve seguir até a Praça da República.

Na capital paulista, também foram vistos ataques ao Future-se. A UNE diz que o programa foi "construído sem nenhum debate prévio com os setores que compõem a universidade".

— A essência do projeto é que ele propõe para a universidade uma certa dependência, do ponto de vista da captação financeira, do setor privado. Temos visto que o financiamento público da universidade tem diminuído. Já chegou a patamares preocupantes. Isso pode prejudicar a autonomia da universidade — afirma Iago Montalvão, presidente da UNE e estudante de economia na USP.

Ele afirmou que o MEC só recebeu as entidades estudantis para conversar sobre o contingenciamento após muita insistência e que "o diálogo foi pouquíssimo proveitoso".

Até o fim desta tarde, o ministro Abraham Weintraub não havia se manifestado a respeito dos atos contra sua gestão.

topo 

G1 - TEMPO REAL

**Vitória tem ato em defesa da educação pública e contra o corte de verbas
Eles saíram em caminhada por volta das 17h50 e seguiram até a Assembleia Legislativa, em Vitória, onde encerraram o ato por volta das 20h50.**

Estudantes protestam, nesta terça-feira (13), em defesa da educação e contra a reforma da Previdência, o corte de verbas e o projeto Future-se anunciado pelo Ministério da Educação (MEC). Eles saíram em caminhada por volta das 17h50 e seguiram até a Assembleia Legislativa, em Vitória, onde encerraram o ato por volta das 20h50.

Grupos começaram a se concentrar às 16h nos campi de Goiabeiras e Maruípe da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) de Vitória.

Os participantes que saíram do campus Goiabeiras da Ufes seguiram pela Reta da Penha ocupando todas as faixas no sentido Terceira Ponte. Por volta das 19h15, manifestantes que saíram da Ufes se encontraram com os que saíram do Ifes e todos seguiram em caminhada juntos.

Durante todo o trajeto até a Assembleia, o sentido que eles ocuparam ficou bloqueado,

enquanto o contrário ficou liberado.

Motivação

Durante a concentração na Ufes, os participantes fizeram cartazes que para expor os motivos do ato em Vitória.

"Nossa universidade não vai ter salas com ar-condicionado, vamos perder nossas bolsas. Vai ter falta de materiais, já está acontecendo o corte dos transportes para atividades externas. A Ufes é patrimônio do povo capixaba, a gente só tem uma universidade pública no nosso estado. Inclusive, serviços públicos como o hospital universitário, hospital veterinário, que só a Ufes consegue fazer isso diante de sua pesquisa, se sua extensão. Os cortes simbolizam que o capixaba vai perder tanto em serviços quanto em produção científica", defendeu a estudante Isabella Mamedi.

Desde maio, após governo do presidente Jair Bolsonaro anunciar cortes na educação, esta é a terceira mobilização nacional em defesa do setor. A primeira foi em 15 de maio e ocorreu em ao menos 222 cidades de todos os estados e do DF. A segunda aconteceu em 30 de maio, em pelo menos 136 cidades de 25 estados e do DF.

Até por volta de 13h, outras 36 cidades de 16 estados e do Distrito Federal haviam tido protestos pacíficos.

Os protestos desta terça-feira foram convocados por entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Cortes da Ufes

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) emitiu, na última sexta-feira (9), um comunicado informando sobre as medidas que passarão a ser adotadas no segundo semestre letivo após anúncio de corte de 30% no orçamento das Instituições de Ensino anunciado pelo Governo Federal.

Na universidade, o bloqueio foi de 38% sobre o orçamento de R\$ 71 milhões previsto para despesas de custeio em 2019, o que representa menos R\$ 27 milhões para a instituição.

Neste ano, a universidade afirma que foi necessária a adoção de medidas emergenciais como corte de funcionamento de aparelhos de ar-condicionado, ajuda de custo para estudantes e eventos e alteração na frequência de limpeza de banheiros, salas de aula entre outras.

Veja as medidas adotadas:

Suspensão das ajudas de custo, para eventos, para estudantes, exceto para aulas de campo previstas nos projetos pedagógicos dos cursos;

Corte de 50% nas despesas de manutenção de equipamentos, de material de consumo e de manutenção de área verde;

Alteração na frequência da limpeza de banheiros da área administrativa, de salas de aula, de salas administrativas e de professores, além dos corredores dos prédios;

Suspender o uso de aparelhos de ar condicionado, exceto nos espaços que não possuem

janela, espaços cuja cobertura não seja de laje e nos laboratórios com equipamentos sensíveis a altas temperaturas;

Realização apenas de reparos emergenciais na estrutura predial, que possam causar aumento de custos ou riscos para a comunidade universitária;

Autorização de viagens com veículos da Ufes apenas para aulas de campo, participação em reuniões de Conselhos e eventos previamente programados das Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação;

Diárias e passagens para viagens só serão autorizadas para representação da Reitoria e das Pró-Reitorias, e de docentes externos para participação em bancas de concurso público;

Somente serão autorizados os envios, por meio dos Correios, de correspondências oficiais emitidas pelas Pró-Reitorias.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Manifestantes protestam em Boa Vista contra cortes de recursos na educação Corte de verbas, "Future-se" e reforma da previdência também foram alvos dos protestos de estudantes, professores e representantes de centrais sindicais na capital de Roraima.

Estudantes, professores e representantes de centrais sindicais manifestaram na tarde desta terça-feira (13) contra cortes recursos na educação. A concentração ocorreu por volta de 15h na praça do centro Cívico, em Boa Vista.

Os manifestantes estavam na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e seguiram em carreata até o Centro, onde se aglomeraram.

O ato desta terça foi pacífico, não houve fechamento dos portões da UFRR, nem interdição do trânsito. A paralisação das aulas também ficou a cargo de cada professor da instituição, não houve obrigatoriedade de adesão.

Os manifestantes se posicionaram contra o corte de gastos das universidades anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em abril, o programa "Future-se" e a reforma da previdência.

O presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade (Sesduf-RR), Paulo Afonso, afirmou que em setembro os professores da UFRR serão obrigados a paralisar as atividades porque faltará recursos para despesas essenciais para manutenção da instituição.

"A paralisação de hoje ficou a critério de cada professor, nem todos ouviram nosso clamor. Quando perceberem que não haverá recursos em setembro que é a previsão para acabar o dinheiro para pagar contas de água, luz e terceirizados", afirmou.

Sobre o programa "Future-se", os manifestantes afirmaram que é uma tentativa de retirar a autonomia financeira das universidades federais.

"A iniciativa privada entrará por organizações sociais, que são entidades de iniciativa privada, mas sem fins lucrativos, ou seja, quando o Estado não tem condições de gerar Educação ou Saúde, ele recorre a essas organizações, mas na prática essas organizações são um desmonte da Educação", pontuou Raphael Barros, representante do Movimento Universidade Popular (MUP).

Durante o período da manhã foram realizadas diversas rodas de conversa na UFRR para debater sobre os temas levados para as manifestações desta tarde. Simultaneamente os mesmos assuntos foram debatidos no Centro de Boa Vista por uma parte do grupo de manifestantes.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo país

Manifestantes defenderam ainda a autonomia das universidades e são contrários ao programa Future-se, do MEC

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou nesta terça-feira (13/08/2019) manifestações em todo o país para protestar contra os cortes na área da educação. Os estudantes defenderam ainda a autonomia das universidades e são contrários ao programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O projeto tem o objetivo de atrair investimentos privados para as instituições públicas e regulamentar a participação das organizações sociais na gestão.

Autoridades e instituições ligadas ao tema se manifestaram sobre os protestos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) afirmou que o contingenciamento de R\$ 348 milhões divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na semana passada “afetará a compra e a distribuição de centenas de livros didáticos que atenderiam crianças do ensino fundamental de todo o país”.

Já a presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS), Carina Vitral, afirmou que enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não “arredarem o pé dos cortes e ataques ao povo” os estudantes não deixarão as ruas.

Intitulado “3º Grande Ato em Defesa da Educação”, as manifestações ocorreram, segundo a UNE, em mais de 150 cidades dos 26 Estados e no Distrito Federal. Os dois primeiros protestos foram nos dias 15 e 30 de maio.

Distrito Federal

No Distrito Federal, professores, estudantes e servidores públicos se concentraram desde as primeiras horas desta terça em frente ao Museu Nacional da República. O movimento foi batizado de #TsunamiDaEducação e marchou até o Congresso Nacional, para pressionar senadores a votar contra as mudanças no sistema de aposentadoria brasileiro. Em função da grande concentração de pessoas no local, o Eixo Monumental foi fechado no sentido Praça dos Três Poderes.

Estudante da Universidade de Brasília (UnB), Gabriel Santos, 22 anos, disse que a mobilização atinge toda a comunidade escolar. “Dia de lotar a Esplanada e mostrar nossa força. Estamos unidos contra o Future-se, contra a militarização das escolas no DF e contra os direitos que estão sendo rasgados. O nosso ato é pela resistência. Não vamos permitir essa série de ataques à nossa educação.”

São Paulo

Na capital paulista, centenas de estudantes, professores e manifestantes de movimentos sociais ocupavam parcialmente o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na tarde desta terça. Terceiro protesto convocado desde o anúncio de contingenciamento de

30% em verbas de universidades federais, a concentração para o ato fechou a avenida Paulista apenas no sentido da rua da Consolação, por onde uma passeata seguiu em direção à Praça da República.

“Acho que a população está mais indignada, porque os efeitos dos cortes na educação começam a aparecer agora”, diz o presidente da UNE, Iago Montalvão. Ele afirma que o protesto também é motivado por atos recentes do presidente do Jair Bolsonaro, como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. “Estão negando a ciência, negando o método científico”, ressalta.

“O Future-se foi apresentado em qualquer diálogo com a academia, o que é bem preocupante”, afirma o estudante Guilherme Bianco, que cursa Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e integra a executiva da UNE.

Balões e bandeiras de várias entidades de classe foram colocados no vão livre do Masp, entre elas do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), do sindicato dos professores municipais (Aprofem), da UNE, de entidades que representam estudantes secundaristas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Central Única Trabalhadores (CUT).

“Nós temos de criar um clima de discussão em torno das nossas propostas, não reação às deles”, considera o professor Francisco Fonseca, que dá aulas de Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). “O que a extrema direita quer é interditar o debate público no Brasil.”

Alguns manifestantes também carregam cartazes com o rosto de Fernando Santa Cruz, morto na ditadura militar, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. “Herói dos estudantes”, diz o cartaz confeccionado pela UNE.

Rio de Janeiro

Centenas de pessoas se reuniram ao redor da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, na tarde desta terça. Realizado simultaneamente em várias cidades brasileiras, o ato foi convocado pelas redes sociais pela UNE, pela CUT e por outras entidades da sociedade civil. No Rio, a maioria dos manifestantes é estudante de escolas públicas. Às 16h30, lideranças estudantis discursavam em carro de som. A Polícia Militar observava e o ato transcorreu de forma pacífica.

Por volta das 18h, os manifestantes seguiriam em caminhada até a sede da Petrobras, também no centro do Rio. Normalmente o ponto final dos protestos é a Cinelândia ou a estação férrea Central do Brasil, mas o destino foi alterado, segundo os organizadores, para que o ato sirva também como protesto contra a venda de ativos da petroleira estatal.

Salvador

Estudantes, professores e outras categorias da sociedade civil participaram de manifestação em Salvador na manhã desta terça. Com faixas, cartazes e bandeiras, eles começaram a se concentrar na Praça do Campo Grande, na região central da cidade, por volta das 9h, e, de lá, saíram em caminhada até a Praça Castro Alves, provocando lentidão no trânsito naquela região.

O ato contou ainda com a presença de centrais sindicais, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA) e de políticos do PT e PCdoB.

“Com essas manifestações, estamos defendendo a democracia e a soberania nacional. Somos contra os cortes na educação e a reforma da Previdência, que está tramitando no Senado, além da privatização das universidades públicas, entre outras medidas que vem sendo adotadas pelo governo Bolsonaro”, disse Cedro Silva, presidente da CUT-Bahia.

Já o representante da UNE, Natan Ferreira, explicou que o movimento dessa terça é uma continuidade das manifestações iniciadas no mês de maio. “Por muito tempo estivemos distantes da universidade, mas, hoje, queremos participar e reivindicar. A revolta com esse governo é porque a gente conseguiu democratizar o espaço universitário, e não podemos deixar voltar atrás”, comentou.

Respeito e melhorias

A presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), Raquel Nery, revelou que as mobilizações tendem a se fortalecer a partir de agora. “Cobrar respeito e melhorias tem que ser sempre o nosso papel, enquanto entidade pública”, falou

Durante a caminhada, os manifestantes, em menor número do que o de atos anteriores, gritavam palavras de ordem contra o governo e a favor do “Lula livre”. Para os organizadores, 30 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar não fez estimativa.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Manifestantes realizam ato em Vitória contra corte de verbas na educação federal Parte do grupo se concentrou no campus da Ufes, em Goiabeiras, e outras parte, nas proximidades do Ifes, em Jucutuquara. Eles seguiram em direção à Ales

Um grupo de manifestantes realiza um ato público em Vitória, na noite desta terça-feira (13), contra a redução de verbas na educação federal. Parte do grupo se concentrou no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Goiabeiras, e outras parte, nas proximidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em Jucutuquara.

Por volta das 18 horas, os dois grupos, formados por professores e estudantes das duas instituições de ensino, iniciaram uma carreata, com destino à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), na Enseada do Suá. O grupo que saiu da Ufes interditou parcialmente o trânsito nas avenidas Fernando Ferrari e Reta da Penha. Já o que saiu do Ifes ocupou duas faixas das avenidas Vitória e César Hilal.

Os dois grupos se encontraram na Avenida Jones dos Santos Neves e seguiram juntos até a Praça da Ciência, na Praia do Canto. Logo depois, caminharam em direção à Assembleia Legislativa, ocupando totalmente uma pista da Avenida Américo Buaiz.

Durante todo o trajeto, os manifestantes gritavam palavras de ordem e carregavam faixas e cartazes com mensagens em alusão ao Governo Federal e à educação no Brasil. O ato faz parte do movimento de Greve Nacional da Educação e é contra o Projeto de Lei "Future-se", do Ministério da Educação (MEC), e contra a reforma da Previdência.